

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

DISCURSOS PLURAIS. ASSESSORANDO UM MOVIMENTO POPULAR  
EM FLORIANÓPOLIS: ESTUDO DE CASO DE UMA ORGANIZAÇÃO  
NÃO-GOVERNAMENTAL

TÂNIA REGINA RAITZ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia Política da UFSC, objetivando obtenção do  
grau de Mestre.

Profª Orientadora: ILSE SCHERER WARREN

Florianópolis, fevereiro de 1994.

Em memória ao meu pai, que  
sempre mostrou coragem e  
dignidade pela vida.

DISCURSOS PLURAIS ASSESSORANDO UM MOVIMENTO POPULAR  
EM FLORIANÓPOLIS: ESTUDO DE CASO DE UMA ORGANIZAÇÃO  
NÃO-GOVERNAMENTAL

TÂNIA REGINA RAITZ

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de  
MESTRE e aprovada em sua forma final pela seguinte banca  
examinadora:

Profª Doutora Ilse Scherer Warren (Presidente)

*I Scherer-Warren*

---

Prof. Mestre Hector Ricardo Leis

*H. R. Leis*

---

Prof. Doutor Reinaldo Matias Fleuri

*R. Matias Fleuri*

---

## AGRADECIMENTOS

ILSE SCHERER WARREN, pela orientação e amizade indispensáveis na realização desta dissertação; pelo auxílio com seu conhecimento, competência, companheirismo e disponibilidade; e por depositar confiança no meu projeto de trabalho.

Assessoria do CAPROM e Movimento Sem Teto pela colaboração e compreensão, possibilitando-me finalizar esta tese.

Francisco Canella, Ednara Andrade, Lauro José Tomé, Lilian Schmeil, Carmem Tornquist (Suzi), Iara Freitas Chaves, Creider Paz, Paulo Volpato, Pedro Port e Kátia Maheirie, pela amizade e apoio nas sugestões e discussões enriquecendo este trabalho.

Jussara Raitz, pela fundamental colaboração na revisão ortográfica, e Daniel Viero pelo exímio trabalho de digitação.

A minha família, que sempre me ajudou a crescer como ser humano.

CAPES e CNPQ, pelo apoio aos 36 meses de bolsa.

Todos os amigos que, de uma forma ou de outra, iluminaram meu caminho.

Luiz Fernando Correa Flôres, em especial, que com amor me proporcionou tranqüilidade e confiança, sentimentos decisivos para a conclusão desta dissertação.

## RESUMO

Esse estudo busca investigar a problemática das Organizações Não-Governamentais ou Centros de Educação e Promoção Popular, a partir da análise de suas assessorias, num caso particular - o do CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante), situado em Florianópolis-SC, no período compreendido entre 1990 e 1992.

As organizações não-governamentais brasileiras têm se caracterizado como entidades de apoio, promoção, educação, defesa de direitos humanos e ambientalistas. O objetivo maior das ONGs é transformar aspectos negativos da realidade social, manifesto nos movimentos sociais ou nas comunidades, visando defender questões da cidadania para construção de uma sociedade civil mais justa e participativa.

Essa investigação considera a trajetória institucional e surgimento do CAPROM, destacando os discursos ou orientações

ideológicas e metodológicas elaboradas pelos assessores que compõem o centro, dentro de uma perspectiva de mudança social. Essas "orientações valorativas", analisadas através de "matrizes discursivas", direcionam seus valores e ações abordadas através da pluralidade e diversidade dos sujeitos sociais. Esses sujeitos sociais aparecem como plurais no interior de várias estruturas discursivas, definindo deste modo a identidade e atuação do CAPROM.

## ABSTRACT

This study intends to investigate the problems of non-governmental organizations also known as people Promocion and Educacion Center, from the analyses done by its active members, in a particular case — CAPROM's (Migrant Aid and Promocion Center), located in Florianópolis - SC, between 1990 and 1992.

The brazilian non-governmental organizations have been characterized as aid, promocion, education, human rights defense or environmentalist institutions. The ONG's main objectives is to transform negative aspects of social reality manifested in the social movements and in the communities aiming to defend citizenship matters in order to build a more just and participative civil society.

The investigation considers CAPROM's institucional trajectory and origin emphasizing the ideologic and methodologic speeches or orientations. These elaborations are done by the



active members who form the institution, in the perspective of social change. These evaluating orientations, analyzed through discursive matrices, direct their values and actions approached through the plurality and diversity of the social subjects. The social subjects appear as plural within several speech structures, thus defining CAPROM's identity and action.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO.....   | 1  |
| CAPÍTULO I.....   | 9  |
| 1 - SOCIEDADE CIVIL E O PROJETO DAS ONGs E CENTROS POPU-<br>LARES.....  | 9  |
| 1.1 - Contextualização das Organizações não-governamentais.....   | 9  |
| 1.2 - Cooperação internacional e as relações entre ONGs do<br>Norte e Sul.....  | 16 |
| 1.3 - Espaços para redes e comunicação.....   | 21 |
| CAPÍTULO II.....  | 24 |
| 2 - TRAJETÓRIA DO CAPROM.....   | 24 |
| 2.1 - Articulação do CAPROM e Movimento Sem Teto com outras<br>entidades ou movimentos.....                                   | 38 |
| 2.2 - Formação do grupo de assessoria.....  | 41 |
| CAPÍTULO III.....   | 44 |
| 3 - ATUAÇÃO OU PAPEL DO CAPROM E SUA AÇÃO METODOLÓGICA.....   | 44 |
| 3.1 - CAPROM e Movimento Sem Teto pensando uma cidade melhor<br>através da participação na legislação.....                    | 45 |
| 3.2 - Relação do CAPROM e MST com o poder público municipal....   | 50 |
| 3.3 - Necessidade de repensar a metodologia do CAPROM.....  | 53 |
| 3.4 - Analisando o papel da entidade quanto aos objetivos.....  | 63 |
| CAPÍTULO IV.....  | 69 |
| 4 - PERFIL IDEOLÓGICO DO GRUPO DE ASSESSORES.....   | 69 |
| 4.1 - Algumas considerações teóricas.....   | 70 |
| 4.2 - A influência da Igreja (progressista) ou Teologia da<br>Libertação na assessoria do CAPROM e Movimento sem<br>Teto..... | 87 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.3 - Dilemas sobre ação política partidária e dominação no trabalho das assessorias.....  | 97  |
| 4.4 - Tendências ideológicas sobre a visão de mudança social dos assessores do CAPROM..... | 109 |
| 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 124 |
| 6 - BIBLIOGRAFIA.....  | 133 |

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende encaminhar um estudo de caso de uma organização não-governamental ou Centro de Educação e Promoção Popular, enquanto articuladora de um movimento popular (Movimento Sem-Teto) a partir dos discursos elaborados pelos sujeitos que a constituem e suas orientações em um processo de mudança social.

A abordagem em questão, trata do comportamento político e social da atuação de assessorias (desenvolvidas geralmente por profissionais técnicos, militantes políticos, religiosos, universitários etc.). As propostas e resultados se diferenciam bastante, pois esses grupos surgem com concepções e projetos políticos ideológicos que se ramificam em várias direções, dando o perfil aos próprios centros ou ONGs.

Na história dos movimentos populares latino-americanos, as Organizações não-governamentais ou centros, se desenvolveram

através de características de ação política em favor dos movimentos sociais populares e do desejo de democratização de suas organizações. São organizações civis, voluntárias, sem fins lucrativos e se apóiam de certa forma nos movimentos solidários internacionais (as chamadas agências de cooperação internacional), para desenvolverem seu trabalho.

Essas entidades desenvolvem-se mais a partir do momento em que se tornam protagonistas políticos essenciais na resistência aos regimes ditatoriais e nos processos de transição política na América Latina. No contexto de abertura política, há uma proliferação ou multiplicidade dessas organizações. Em 1986, foi realizada uma pesquisa de cadastramento pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião), onde apareceram mais de 1.041 organismos de atuação. Atualmente é difícil precisar ou mesmo quantificar um número definitivo a nível de América Latina, pois existem milhares delas, e a cada dia surgem outras.

A palavra ONGs, talvez não tivesse tanta importância antes do evento da ECO 92, ocorrido no Rio de Janeiro. Após este acontecimento a palavra se tornou moda, expressando novas idéias, principalmente sobre a sociedade civil e democracia. A "palavra ONG (que se identifica por uma negação: não-governamental), tem sido utilizada como um conceito bastante fluído, que permite incluir associações de natureza e fins muito diversos, desde que

identificados como sendo não governamental e sem fins lucrativos". (WARREN 1992:1).

A medida que são em número considerável e tem florescido, quanto seus projetos alternativos desenvolvem ações de âmbito local, regional, nacional e internacional, atingindo setores oprimidos, produzindo uma ação educativa e política expressivas no apoio às organizações populares.

Desta forma, o estudo das assessorias destaca-se não só em termos numéricos, mas pela comprovação empírica do desempenho de seu papel frente ao desenvolvimento do movimento popular, considera-se que além de seus limites, diversidades e polêmicas revela também as suas conquistas.

Por seu vínculo permanente com os movimentos sociais, pela amplitude de suas relações, pelos efeitos políticos de seu trabalho educativo, pelo volume de recursos que manejam, pelo papel na mobilização e articulação da sociedade civil, demonstram possuir significativas contribuições no processo de democratização da sociedade como um todo.

Abordamos nesse estudo a análise de um destes centros de assessoria, uma organização-não-governamental: O CAPROM

(Centro de Apoio e Promoção ao Migrante), que atua junto ao Movimento Sem Teto em Florianópolis.

Nosso trabalho utiliza como referência teórica abordagens pós-marxistas, tomando a princípio contribuições de LEFORT, CASTORIADIS, THOMPSON e outros, para chegar a LACLAU. Este autor, a nosso ver, formula o conceito de ideologia numa nova visão dos processos de mudança social. Rejeita a visão essencialista das abordagens marxistas, chamando a aceitar a infinitude do social, manifestada numa sociedade pluralista, constituída por várias posições de sujeito. Sua contribuição nos vários debates contemporâneos acerca dos "novos movimentos sociais", e o significado de algumas categorias teóricas nos ajudaram epistemologicamente na análise do referencial empírico (a prática dos assessores), verificadas a partir das "matrizes discursivas" (Conforme SADER, 1988).

O conceito utilizado "posições diferenciadas de sujeito" considera a identidade dos indivíduos de forma entrecruzada com suas diferentes experiências, rompendo com a categoria de sujeito enquanto "unidade racional e transparente, já que não existe o ser essência e sim o discurso" (LACLAU, 1986:43). O sujeito aparece como pluralidade, (...) "ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura ou conjunto de posições diferenciais, que chamamos de discurso" (LACLAU, 1986:

Idem). Desta maneira, o sujeito aparece como plural na constituição de várias formações discursivas.

As "matrizes discursivas" são instrumentos de análise que permitem verificar como "os movimentos reelaboram suas representações sobre experiências vividas", e captar a multiplicidade dos discursos elaborados. (SADER, 1988: 142).

O objetivo central da investigação é examinar a contribuição teórica e prática das relações entre assessorias e movimentos populares, dentre questões de conhecimento acerca da origem destes grupos, quem são estes mediadores, quais suas articulações com outras entidades ou movimentos, como sobrevivem financeiramente, seus fundamentos políticos partidários e ideológicos, enfim, como constroem seus discursos numa perspectiva de mudança social? Esses elementos, acreditamos, expressam grande relevância na organização dos movimentos populares e na possibilidade de visualizar uma nova sociedade.

O trabalho está organizado em quatro capítulos:

O primeiro busca contextualizar o surgimento, a identidade, definição e contribuição das organizações não-governamentais, como também as relações entre ONGs do Norte e Sul e as formações de redes (articulações).



O segundo, de caráter descritivo, apresenta a trajetória institucional do CAPROM, sua articulação com outras entidades ou movimentos e a formação do grupo de assessoria.

O terceiro, analisa a atuação do CAPROM, quanto a sua ação metodológica, o conhecimento do Movimento Sem Teto, em relação a legislação municipal e o papel da entidade sobre futuros objetivos.

O quarto, de caráter teórico e analítico, discute algumas considerações teóricas sobre conceitos básicos, a influência das "matrizes discursivas", e elaboração do quadro indicativo para análise das tendências ideológicas sobre a visão de mudança social dos assessores.

O processo de pesquisa se deu em três etapas:

1) O material empírico da pesquisa foi recolhido através de entrevistas semi-dirigidas e observação direta e registro em diário de campo, sobre aspectos significativos observados a partir da vida do grupo entre janeiro de 1991 a dezembro de 1992.

2) Consulta sistemática de documentos da CAPROM (e aqui gostaríamos de mencionar certa dificuldade, pois seus arquivos

são precários). Foram também consultados registros legais, como atas de Assembléias e de reuniões permanentes, projetos de trabalho e relatórios.

As entrevistas foram realizadas em 1992, período final da investigação. Os depoimentos compreenderam 14 horas de gravação, onde foram entrevistados três diferentes atores: integrantes da atual assessoria, ex-integrantes e representantes do Movimento Sem Teto - moradores das comunidades, num total de 20 entrevistados.

No início de nossa trajetória de pesquisa, aconteceram sentimentos curiosos. As primeiras reuniões de assessoria que participei, senti um certo receio em relação à minha presença no grupo, uma certa desconfiança, que mais tarde pude compreender. O grupo tem uma certa resistência às pessoas da universidade. Na opinião deles ocorre que, muitas vezes, universitários (pesquisadores), coletam dados, fazem suas pesquisas, mas não participam constantemente e nem dão retorno, ou melhor, contribuições ao Movimento, fazendo apenas uso para suas pesquisas universitárias. Muitas vezes me senti insegura quanto ao que poderia falar, até porque percebi que o grupo era muito fechado e suas posturas, por vezes, ortodoxas.

Um pouco mais de confiança surgiu quando o CAPROM estava realizando um cadastramento dos favelados e necessitavam ampliar a ajuda de voluntários, principalmente na codificação dos dados desta pesquisa.

Nesse momento, abracei esse trabalho com algumas pessoas e comecei, ao mesmo tempo, a sentir dificuldades em ir adiante na minha pesquisa específica, acontecendo que esse trabalho levou quase dois meses, tomando tempo da minha tese. Mas foi justamente esse trabalho que me possibilitou um maior conhecimento do cotidiano do grupo e dos moradores das comunidades. Além disso, consegui aproximar-me do grupo enriquecendo minha participação, sendo que foi extremamente positiva essa experiência.

## CAPÍTULO I

### 1 - SOCIEDADE CIVIL E O PROJETO DAS ONGs E CENTROS POPULARES

#### 1.1 - Contextualização das Organizações não-governamentais

No processo histórico brasileiro, remonta à década de 60 o surgimento dos Centros de Educação e Promoção Popular (CEPPs), posteriormente reconhecidos como organizações não-governamentais (ONGs). Essas entidades ganham relevância em meados dos anos 70, no bojo do processo de ressurgimento dos movimentos sociais populares. Neste cenário os centros se organizam, aparecem, portanto, em oposição ao regime militar, consolidando-se num contexto de transição política do país.

Historicamente, num primeiro momento, estes centros surgiram a partir de pequenos grupos e lutas localizadas, passando a constituir-se, praticamente, como a única alternativa, para as pessoas que queriam prosseguir com a militância política e trabalho educativo, num processo de desmantelamento e

desarticulação das organizações populares pós-golpe militar de 64. A origem dos CEPPs e ONGs nesta conjuntura, fez definir sua identidade quase clandestina, através da ligação com movimentos sociais de base, com as igrejas e com os movimentos sindicais e populares.

Já num segundo momento, em meados dos anos 70, o Estado, concebido como aparelho coercitivo, iniciou um processo de transição à democracia, através de novos protagonistas sociais e políticos, vislumbrando uma nova maneira de se fazer política e um repensar sobre a sociedade. É justamente nesta sociedade que emergem com disposição movimentos sociais populares, tendo características heterogêneas e discutindo temas diversos de caráter econômico, cultural, político e étnico, etc. Período este da chamada "abertura política", que conforme PONTUAL (1986:7), há uma proliferação e criação de novos centros de educação e promoção popular em todo o país, em que novas exigências e opções com relação à articulação dos mesmos se fez presente. Além dos centros já existentes, cresce o número de centros de comunicação. No Rio de Janeiro, surge um coletivo de assessoria jurídica e a criação de um instituto como o IBASE<sup>1</sup>.

Este quadro é marcado pelo aparecimento essencialmente de duas vertentes de centros que vêm afirmando sua identidade. A

---

<sup>1</sup> O IBASE tem como objetivo a sistematização de informações às lutas e organizações populares.

primeira, vinda da igreja, jogou papel decisivo no apoio a iniciativas de lutas localizadas na cidade e no campo. As novas opções assumidas por setores da igreja católica na América Latina deve-se tanto, por um lado, às decisões do Concílio Vaticano II, seguida da renovação eclesial a partir de Medellín, o interesse pela teologia da libertação e, por outro, a própria conjuntura da igreja, em quanto espaço possível de rearticulação das lutas populares. Estes agentes que ajudaram a construir os centros no início da década de 70, participavam da esquerda católica tendo forte ligação com o trabalho pastoral, que coincide com a inauguração da era da "opção preferencial pelos pobres da igreja católica"<sup>2</sup>. Uma outra vertente, numericamente menor, que encontrou espaço de atuação nestas entidades por força das circunstâncias, era formado por militantes vindos dos grupos da esquerda tradicional, uma vez que estes passaram a ser privados de uma atuação política, a partir da ditadura. Assim, como pessoas excluídas da universidade que se viam sem a possibilidade de um trabalho crítico, bem como outras pessoas que tinham interesse no trabalho social<sup>3</sup>.

Quanto a sua contribuição, alguns centros assumiram tarefas educativas no apoio ao movimento popular ligados à pastoral popular, outros na organização popular visando a questão

---

<sup>2</sup> Ver a esse respeito, ROLIM, Francisco Cartaxo. A Religião do pobre e seu anúncio, trabalho apresentado na ANPOCS, 1981.

<sup>3</sup> Este assunto é discutido em PONTUAL, Pedro (1986) e LANDIM, Leila (1988).

política partidária e outros ainda numa faixa exclusiva de contribuição no sindicalismo urbano e oposição sindical.

O termo ONGs (organizações não-governamentais), até a ECO 92 era relativamente novo e pouco pesquisado<sup>4</sup>, porém a partir do evento ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, assume uma conotação maior, fundamentalmente pela divulgação dos meios de comunicação, enfocando a palavra como um certo "modismo".

A ambigüidade sobre os critérios adotados para\* selecionar o que é ou o que não é ONG, na delimitação de seu universo, gera certa polêmica. Entretanto, um critério bastante discutido seria o institucional pela adoção de um termo chave como autonomia, geralmente para estabelecer um princípio de "não pertencimento ao mundo oficial" (LANDIM, 1988:27).

Essa discussão é também realizada por dois autores ANHEIER e KNAPP, em *Voluntas - (International Journal of Voluntary and Non-Profit Organisations)* (1990:5,6), os quais se referem a organizações voluntárias e ocasionalmente a organizações não lucrativas. Estes autores caracterizam-nas como (...) "organizações que poderão ser auto-governadas e constitucionalmente independentes de governos. Um dos grandes

---

<sup>4</sup> Suas raízes estão nos CEPPS (Centros de Educação Popular e Promoção Social), que compõem desde a década de 60 esse conjunto de instituições, LANDIM, 1988:24).

debates de pressão política em alguns países é a extensão da independência das organizações voluntárias em relação aos governos, particularmente naqueles casos onde recursos de agências governamentais incluem grande quantia de recursos financeiros. Deste modo, o termo "voluntas" passa pela questão de onde tirar a linha divisória em dizer "governo, quase governo, quase não governo e corpo voluntários".

O correto é que realmente existe grande controvérsia quanto a terminologia na literatura sobre o assunto. No entanto, a maioria dos autores tratam apenas por ONGs, sendo a palavra mais corrente ou como se queira, universal na literatura<sup>5</sup>.

No interior desse mesmo universo nos remetemos a LANDIM, (1988:27), que explicita uma definição através dos próprios discursos e objetivos de ação que apresentam a maioria destas entidades, que se definem como estando "a serviço de determinados movimentos sociais de camadas da população oprimida dentro da perspectiva de transformação social".

---

5) Ver dissertação de mestrado de ARMANI, Domingos. "Centros de Educação e Promoção Popular, Classes populares e Hegemonia - A trajetória do CAMP". O autor comenta que há ainda autores que preferem termos mais específicos como APD (associações de desenvolvimento) ou ONGD (organizações não-governamentais de desenvolvimento) ambos de origem latino americano quanto a problemática do desenvolvimento.



Pela dificuldade em conceituar estas organizações com precisão e consistência tomaremos como referência essa definição, até porque não pretendemos fazer distinções quanto ao termo e sim, identificarmos neste trabalho o desafio, justamente por se tratar de um universo com toda sua complexidade, onde está presente uma enorme diversidade de atores, em que se impõe a exigência democrática de um convívio pluralista. Neste sentido, as perspectivas de mudança social fazem parte da postura da entidade analisada. Tema esse a ser discutido no IV capítulo relacionado ao perfil ideológico-metodológico dos assessores do CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante).

Segundo uma rotina padrão cada ONG costuma ter seu próprio orçamento atualizado e construído através de projetos redigidos dentro de uma lógica pragmática, projetos esses importantes para a origem da semente de uma ONG. Frequentemente as agências que são financiadoras não financiam a si mesmas. Já os centros dependem estruturalmente de um apoio financeiro originário de outras fontes. Um aspecto da cooperação não-governamental das agências é viabilizar materialmente o trabalho desenvolvido pelas ONGs do terceiro mundo, numa participação que envolve os países do primeiro mundo como cooperadores destes atores, na configuração da sociedade civil contemporânea. Estas agências, inicialmente com intuito de ajudarem refugiados e vítimas de guerra, surgiram na Europa e EUA nas décadas de 40 e

50. Mais tarde, suas preocupações se dirigiram ao problema do desenvolvimento, tematizando o sub-desenvolvimento dos países pobres.

Atualmente, como comenta WARREN, (1992:3), "(...) surge uma nova concepção sobre o desenvolvimento, que defende a necessidade de ajuste estrutural, face a crise do desenvolvimento expressa no aumento da miséria e da degradação ambiental nos países do sul. Neste contexto, a questão ambiental é, freqüentemente, apresentada como um guarda-chuva para as demais questões sociais do terceiro mundo".

Este enfoque, demonstra que o desenvolvimento vive seus momentos mais visíveis de questionamento e de impasse. Os estudos mostram que este desenvolvimento fundado na felicidade de minorias está produzindo a pobreza e desigualdade à escala mundial.

Essas reflexões, nos colocam na ordem do dia à questão da democracia, sendo que as ONGS aparecem como entidades, projetos, idéias, programas de trabalho, novas práticas e soluções que buscam, em última análise, a democratização da sociedade. E devem, por isso mesmo, confrontar-se e equacionar sua relação com as grandes causas do atual modelo de

desenvolvimento " (...) injusto socialmente e predatório ecologicamente". (CORRAL, 1992:1).

## 1.2 - Cooperação Internacional e as Relações entre ONGs do Norte e Sul

Segundo FOWLER (1991:6), são reveladores os dados sobre o aumento das ONGs do norte na última década. Existem mais de 2.500 nos países industrializados. Sua presença no sul é crescente, assim como os recursos financeiros. Uma grande discussão é a questão do companheirismo na relação entre ONGs do norte e sul, porque estas conhecem muito pouco sobre suas contrapartes e por sua vez, as do norte conhecem muito sobre as do sul. O autor, em sua análise, diz que as ONGs do norte, em relação aos recursos financeiros, estão aumentando sua dependência da ajuda oficial e que estão, pois, em período de se transformarem em quase-governamentais, na medida em que os fundos vindos de seus governos são maiores do que aqueles que elas mesmas coletam. É importante saber quais as fontes de financiamento das ONGs do norte, sem este dado para as ONGs do sul, fica difícil avaliar o grau de controle que teriam sobre suas decisões. Neste intercâmbio de relação na cooperação mútua, há um terceiro ator coletivo envolvido, os grupos populares, que são os "grupos alvo", e que vivem em situações de pobreza e às vezes de miséria, conforme um outro autor MOLLER (1990:40).

Trata-se, geralmente, de grupos de camponeses (minifundiários, semi-assalariados), pobres da cidade, artesãos, grupos produtivos, cooperativas, etc.

Os centros (ONGs do sul), se definem geralmente por uma base filosófica ou doutrinária, que pode ser do tipo religioso ou político, que tem por meta a promoção organizativa ou assessoria técnica<sup>6</sup>. As agências de financiamento (ONGs do norte), por outro lado, têm algo em comum com os centros (ONGs do sul), pois a finalidade é apoiar também os grupos populares. São heterogêneas e sua composição e bases sociais são complexas e diferentes uma da outra. Exemplos: Filiação política, casos típicos das conhecidas fundações alemãs Friedrich Ebert, Fridrich Naumann, Konrad Adenauerch e Hanns-Seidel, que correspondem a interesses de grupos particulares de sua sociedade e recebem fundos do governo central e não obstante, com grande autonomia de ação. Outras, refletem segmentos estruturais de sua sociedade, como o caso das quatro (4) ONGs holandesas conhecidas: CEBEMO (católica), ICCO (protestante), NOVIB (secular), e HIVOS (humanista), que incluem também sindicatos, escolas, meios de comunicação e partidos. Gozam de financiamento e estabilidade similar às de filiação política. Ao contrário dos centros fazem

---

<sup>6</sup> Por um lado são altamente dependentes do financiamento exterior para garantir sua sobrevivência institucional e por outras vezes é um setor competitivo disputando financiamentos muitas vezes escassos, constituindo-se num setor intermediário dependente (MOLLER, Alois, 1990:39).

parte de organismos de dimensões muito maiores, constituídos por um órgão superior, comitê de projetos, assembleias, etc.

Nessa relação se identificam mais ou menos com os povos do terceiro mundo, ocupando um espaço considerável de autonomia. Como as agências se encontram quase sempre muito distantes dos lugares de execução dos projetos, seus funcionários dependem tanto para a execução destes projetos como para informações a seu respeito de intermediários nos países latino americanos, com os quais possam manter um relacionamento de confiança mútua. Neste sentido, FOWLER coloca que a confiança entre as partes toma tempo e requer transparência. E o mais importante é saber como repercutirá no sul as decisões tomadas no norte, saber de onde provêm os fundos e com que imagem se manejará as campanhas de obtenção dos fundos. Assunto que cresce na medida que cresce o volume de fundos públicos nas operações.

MOLLER (1990:41), desenvolve um modelo de análise das relações que existem no "mercado de doações". Segundo esta análise há pouca transparência, pois tanto doadores como beneficiários, às vezes, mantêm bem reservadas as informações sobre as condições e os montantes das doações. No contexto atual, frente a uma política neo-liberal, observa-se que o mercado de doações passa a ser mais exigente quanto aos recursos doados. Desta forma, há certos grupos que encontram maiores

possibilidades de serem beneficiários. Nessa relação entre agências doadoras e grupos beneficiários de ajuda, se desenvolve freqüentemente uma relação clientelista, enfocando três tipos de doações:

1) Os pobres serão beneficiários, porém essa pobreza não poderá ser profunda e generalizada, pois o doador não tem neste caso como discernir um resultado positivo de sua ação.

2) Maiores possibilidades terão aqueles sujeitos que apresentam alguma afinidade ideológica com o doador.

3) São priorizados aqueles grupos que mostram maior propensão a expandir suas potencialidades e lograr sua auto-suficiência<sup>7</sup>.

Novos agentes da cooperação internacional têm surgido. Um deles, o Banco Mundial, é uma agência multilateral, criada a partir das necessidades de reconstrução da Europa, após a 2ª guerra mundial. Por volta dos anos 50, o Banco Mundial passou a fazer empréstimos aos países em desenvolvimento. Grande parte desses recursos são captados no mercado financeiro internacional, e emprestados aos governos dos países do terceiro mundo. Em

---

<sup>7</sup> Isto significa pobres mas não desesperados, progressistas mas não revolucionários, bem organizados e eficientes (MOLLER, 1990:42).

geral, o Banco Mundial realiza operações de financiamento apenas através de governos. Neste sentido, as ONGs poderão no máximo receber recursos via relação trilateral com o governo de seu país, a partir dos órgãos executores das instâncias federal, estadual ou municipal. Contudo, essa política de cooperação com o Banco Mundial tem gerado preocupações das ONGs, na medida "(...) que estão relacionadas com a possível legitimação de modelos de desenvolvimento e políticas compensatórias contrária aos interesses populares" (OLIVEIRA, NETO, 1990:2).

Em setembro de 1987, foi criada a ABC (Agência Brasileira de Cooperação), inspirada em experiências similares que existem na Itália e Iugoslávia. Segundo relatório do seminário "Cooperação Internacional: Desafios e Possibilidades" (1989:23), a ABC prestava consultoria à criação de uma agência similar no Peru e no plano interno brasileiro empenhava-se na estruturação de um serviço de relações com as ONGs brasileiras. Portanto, seria intermediária de recursos oriundos de fontes externas para determinados grupos de ONGs. A criação da ABC abre um campo de conflito com as igrejas. Esse órgão não pretende controlar os recursos da cooperação não-governamental, mas há setores do governo que gostariam de fazê-lo. Opera como órgão autônomo do Ministério das Relações Exteriores na execução dos programas de cooperação técnica entre o Brasil e outros países.

### 1.3 - Espaços para Redes e comunicação

A formação das chamadas redes ocorre através de vínculos, em que uma organização se relaciona com outra em termos de solidariedade face a uma certa conjuntura ou apoio eventuais. Segundo COHN (1990:4), em determinadas conjunturas sociais as redes específicas se entrecruzam formando um denso tecido social que dá força e densidade a uma problemática social. Após a solução dos conflitos imediatos, as redes tendem a se desentrelaçarem. O princípio articulatório de uma rede tem por finalidade ações coletivas. A dimensão política do trabalho desenvolvido pelas ONGs geram espaços para as redes, essas com objetivos diversos. A relevância na constituição de uma rede é a clareza na finalidade proposta e a manutenção de um diálogo articulado.

O mundo das ONGs que crescem numa democratização mesmo frágil, é chamado para fortalecer o projeto de autonomia das organizações populares e movimentos sociais via mediação, e desta forma, as redes se movimentam através de trocas de experiências, circulação de informações, distribuição de materiais em circuitos alternativos, cooperação de vários tipos, etc. Com certeza, as redes são iniciativas que devem ser estimuladas, desde que não se perca de vista a "autonomia" e a "pluralidade" das ONGs e contribuam para uma lição de democracia entre elas, só assim



estarão realizando bem mais do que uma racionalização dos seus investimentos.

Um dos grandes acontecimentos foi a realização do Fórum Global 92, que colocou as ONGs brasileiras frente às parceiras dos chamados países do norte e também do sul. Esse contato fez com que se desenvolvessem conforme VIANA (1992:6), "idéias de constituição de uma sociedade civil articulada em torno de redes de ONGs de diversos países do mundo, e, efetivamente, foi consolidada uma série de contatos internacionais, assim como foram aprofundadas antigas redes e criadas novas". Outro fato importante, foi a fundação da ABONG (Associação Brasileira de Organizações não-governamentais), ocorrido em 8 de agosto de 1991.

Este entendimento nos leva a refletir a necessidade de uma nova "pintura da sociedade civil", com base na construção de pontos de articulação entre diferentes experiências e, neste caso, o fórum proporcionou o diálogo entre ambientalistas e entidades que trabalham a nível social, diluindo um pouco a tensão que existe entre ambos os grupos. Claro que o fórum não conseguiu resolver todos os problemas, mas com certeza mostrou que a crise, a ameaça ecológica e a miséria que sufoca os povos do terceiro mundo exigem soluções urgentes.

Por isso mesmo, é necessário que a sociedade civil em torno das ONGs, exija a democratização dos meios de comunicação, essenciais na formação da opinião pública a nível local, nacional e internacional. Considerando como elemento significativo também nos resultados de qualquer modificação social. O caos instalado nas ruas das principais cidades brasileiras, demonstra a necessidade imediata de um redimensionamento da nossa sociedade. Este ponto de vista reflete a importância dos meios de comunicação de massa, no processo de redescoberta de valores que preencham as necessidades culturais do homem como um ser social e político, que acredita na sociedade em que vive<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> A esse respeito ver FESTA, Regina; na revista Políticas Governamentais, volume VII, nº 74, 1991. Publicação IBASE, onde a autora discute sobre a democratização dos meios de comunicação.

## CAPÍTULO II

### 2 - TRAJETÓRIA DO CAPROM

O Brasil vive, desde a década de 60, um acelerado processo de concentração populacional nas cidades, em função do êxodo rural que é provocado pela estrutura fundiária e pelas políticas econômica e agrícola dos governos. Nas grandes cidades, favelas e periferias aparecem como a face mais transparente da pobreza que ganha um novo qualificativo: "pobreza urbana", formulação esta que denota em si mesma uma nova maneira de pensar a questão social — a cidade. Principalmente a grande metrópole é vista como a causa dos problemas sociais. Estes problemas, porém, estão deixando de serem característicos dos grandes centros e começam a se expandir, atingindo mesmo as cidades médias e pequenas.

Santa Catarina, mesmo sendo considerado um dos Estados do Brasil com maior número de pequenas propriedades, enfrenta

também problemas sérios com o aumento assustador do latifúndio e minifúndio e a conseqüente expulsão do homem do campo.

Florianópolis como capital do Estado de Santa Catarina é um dos centros urbanos mais procurados por migrantes. Entretanto, não consegue absorver este acréscimo de população, pois não dispõe de indústrias e seus habitantes vivem de recursos obtidos através do comércio, turismo e funcionalismo público. É dentro desta realidade que chega o migrante à capital, buscando lugar em vilas e favelas, constituindo uma mão de obra barata e desqualificada, caindo muitas vezes no sub-emprego e na marginalização.

O número de famílias de migrantes que chegam a Florianópolis tem aumentado de forma incontrolável, engrossando os 46 bolsões de periferia na capital do estado<sup>1</sup>. São pessoas que, ao deixarem suas terras, fragmentam seus costumes, sua cultura e sua origem. Portanto, desorientados acabam se adaptando a situações de extrema miséria, ocupando áreas ociosas, que se destinam à "especulação imobiliária"<sup>2</sup>, vivendo de forma insegura e sofrendo constante pressão de despejo.

---

<sup>1</sup> Este dado é encontrado no relatório de atividades do CAPROM enviado para a agência financiadora MISEREOR.

<sup>2</sup> O mecanismo da especulação imobiliária trata-se de um pedaço de terra (chamado de terreno de engorda), situado num local desprovido de infra-estrutura, que tem seu valor pequeno. Aos poucos, cresce à sua volta, ou numa periferia distante do centro da cidade, uma comunidade que através de recursos públicos ou trabalho coletivo (mutirão), consegue melhorias

A estrutura familiar dessas pessoas é marcada pela desagregação e instabilidade, contudo sem o acesso ao ensino formal (muitos são analfabetos). Dos que conseguiram ingressar na escola, a maioria não foi além dos primeiros anos escolares. Os mais severamente atingidos são as crianças e adolescentes que constituem um grande número dessas pessoas. São eles que recebem com grande intensidade os condicionamentos dos quais as famílias estão sujeitas e, além disso, são impedidos de participar ativamente nas decisões dos adultos.

A maioria dos migrantes já instalados nas favelas da cidade é de baixa renda e recebe de 0 a 3 salários mínimos e uma pequena parte recebe até 5 mínimos<sup>3</sup>. Trabalham geralmente de biscate, na construção civil, em empresas de limpeza, vigias, domésticas, jardineiros, serventes, pedreiros, catadores de papel, etc., enfim, pessoas que fazem "bico", ligados a uma economia informal ou a uma economia onde a estabilidade é muito pequena.

A concentração das famílias nas áreas de ocupações provém da serra (planalto catarinense) e região oeste. Pessoas do

---

urbanas necessárias à vida, ruas, rede de água, luz. Aquele pedaço de terra, mantido à espera da "engorda", adquire um valor X muito superior ao valor anterior.

<sup>3</sup> Segundo um dos depoimentos, algumas pessoas já foram classe média, possuindo casa, carro, telefone e outros bens e acabaram perdendo tudo, em casos de falência, salários achatados, aluguéis caros, etc.

nordeste brasileiro também têm vindo para as favelas de Florianópolis (alguns casos localizados na comunidade de Nova Horizonte). O outro contingente é formado por pessoas que moravam nas praias e interior da ilha, como alguns pescadores atingidos por um processo de especulação e valorização imobiliária, em função da "indústria do turismo", desenvolvida hoje por muitos como "vocação econômica" ou a principal vocação de Florianópolis.

Esse discurso sobre a "vocação de Florianópolis" é encampado por campanhas publicitárias do poder público, tanto Municipal como Estadual e empresários da capital, com a finalidade de fortalecer a imagem de Florianópolis como pólo turístico. O que cabe ressaltar aqui é que as conseqüências do fluxo migratório em contraponto com uma imagem estética de uma cidade com pretensão turística, tem causado sofrimento às pessoas que vivem em situações precárias nas favelas da ilha. Essa questão se expressa na falta de um verdadeiro debate político e social em torno das causas e busca de soluções para os problemas da cidade<sup>4</sup>.

Se por parte dos governantes, a tônica maior sempre foi a falta de vontade política para achar uma solução em relação ao problema da migração e na execução de uma política habitacional

---

<sup>4</sup> Sobre a novidade do problema habitacional na cidade, ver a dissertação de mestrado de Francisco, Canela (1992), na qual analisa a UFECO e MST, enquanto práticas instituintes nos espaços políticos na cidade.

para o município, pessoas ligadas a lideranças comunitárias que mantêm contato com a periferia, fiéis da igreja católica, entidades pastorais (religiosos), estudaram, alertaram e buscaram esclarecer o conflito em relação a esta problemática. O grupo mais expressivo que se debruçou sobre tal situação, foi o que veio fundar o CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante), em dezembro de 1987. Fundado e legalmente registrado como entidade civil, sem fins lucrativos, veio a ser ponto de referência para os migrantes na cidade e no estado. Com sede provisória, localizada à rua Felipe Schmidt, 117, centro-Fpolis, atua num espaço cedido pelo Governo do Estado, conseguido pela antiga coordenadora do Departamento Autônomo de Saúde Pública. Não existe nenhum contrato de garantia para permanência no local, estão sujeitos a interferências, motivo pelo qual estão procurando outra alternativa de espaço no momento.

Sua luta inicial em 1982, anterior à sua fundação, tinha características bastante assistencialistas promovidas pela igreja, atendendo os casos individuais de migrantes. A estrutura era mínima, apenas ajudando o migrante que chegava à cidade no banho, corte de cabelo, barba, alimentação, assistência médica, auxílio na documentação e passagens para o retorno ao seu lugar de origem.

Neste primeiro período, os recursos materiais e financeiros, eram doados pelo poder público, tanto Estadual como Municipal e entidades privadas preocupadas com a causa. Mais tarde, em 1984, houve muita pressão junto ao governo do Estado para a construção da "casa do migrante", com a finalidade de amparar o migrante que chegava na cidade.

Com a fundação do CAPROM, os trabalhos começam a ter um fundo mais organizativo e coletivo, deixando para trás o atendimento de casos isolados, centrando forças na organização das áreas de conflito (área de disputa do solo urbano). A partir de 1988, o CAPROM desenvolveu um verdadeiro trabalho de defesa comunitária. Neste ano, surgem inúmeras ações de despejo, segundo as quais centenas de famílias seriam desalojadas, sem que houvesse qualquer proposta de solução. Neste momento, o CAPROM vai às áreas para organizar e fortalecer as comunidades; foi justamente essa união de forças que fez com que houvesse resistência às ações. Foram vários meses de negociações com a Prefeitura, Governo do Estado, juízes e proprietários das terras, com a presença das lideranças das comunidades atingidas. O resultado é que das 60 áreas de conflito, nenhum despejo se consumou. Das 12 comunidades que estavam para serem despejadas, o trabalho foi vitorioso, como o caso da comunidade do Pasto do Gado e Morro do Horácio, onde as casas já estavam sendo derrubadas e uma negociação de emergência contornou a situação.



Este período foi marcado por várias articulações com as primeiras ocupações organizadas, surgindo o Movimento dos Sem Teto, que no início integrava 12 comunidades, tanto da ilha como do continente. Na ilha faziam parte do movimento, as comunidades da Serrinha, Morro da Penitenciária, Morro do Horácio, Mocotó e Mont Serrat e, no continente as comunidades da Via-Expressa, Chico Mendes (antigo Pasto do Gado), Nova Horizonte (ocupação organizada pelo pessoal que estava na Via-Expressa), Nova Esperança (ocupada por pessoas que pagavam aluguel e foram arrojados pelo preço), Parque Esperança, Ilha-Continente e Boa Esperança.

Hoje, o Movimento Sem Teto está mais restrito ao continente, nas áreas com problemas de solo (áreas clandestinas, irregulares), contando com 8 comunidades que têm efetiva participação no movimento, tais como: Nova-Esperança (46 famílias), Parque Esperança (16 famílias), Vila Aparecida (350 famílias), União da Vitória (32 famílias), Santa Terezinha (100 famílias), Ilha Continente (139 famílias), Chico Mendes (404 famílias, considerada a maior favela) e Nova Horizonte (102 famílias). O CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular), atua nas áreas da periferia que já não sofrem com o problema da terra. É dividido assim: as comunidades que já conseguiram conquistar a terra e que possuem associações de moradores, passam a fazer parte de um fórum de associações de moradores da

periferia<sup>5</sup>. Este fórum vai discutir a organização interna das associações, a questão política da cidade em relação a recursos para infra-estrutura (educação, saúde, etc.). As áreas irregulares (conflito com a terra), são assessoradas pelo CAPROM, sendo um dos maiores problemas avançar na questão da infra-estrutura, pois o governo do Estado não injeta recursos numa área que não está legalizada.

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário mencionar a distinção que há entre CAPROM e Movimento Sem Teto. Essa é uma discussão que tem sido levantada constantemente pelas próprias pessoas que participam de ambos os grupos. Não se sabe muito bem se o movimento faz parte do CAPROM, se é uma extensão do mesmo, ou vice-versa. Essas instigações tomaram corpo e afloraram em 1992 a partir da necessidade de elaborar um novo estatuto para a entidade. O antigo já não supria os novos objetivos do CAPROM e Movimento Sem Teto, e um desses objetivos era uma maior estruturação para o centro (a questão orgânica).

A preocupação com o assunto, fez com que várias perguntas fossem colocadas numa reunião do movimento. O que é Movimento Sem Teto? O que é CAPROM? Quem são estes agentes? Por que as pessoas do movimento não participam da assessoria? Por que

---

<sup>5</sup> A esse respeito ver dissertação de mestrado de Kátia Müller, com título: "Organização de Moradores em Florianópolis numa perspectiva de Necessidades Radicais", Florianópolis, 1992.

se confundem? e outras mais. Desta forma, resolveram elaborar em conjunto, um questionário para que pudessem refletir a respeito e terem clareza sobre a divisão ou unidade existente. Até o final de nossa pesquisa, dezembro de 1992, não se discutiu mais sobre essa temática, como também não se tirou conclusões definitivas.

Entretanto, fica transparente a diferença que existe, entre os mesmos. O CAPROM atua como assessoria ao movimento Sem Teto e se articula com o objetivo de subsidiá-lo em sua organização interna e no encaminhamento de suas ações externas. Constitui-se por assessores (universitários, religiosos, militantes de esquerda, etc.). A diferença que existe se manifesta principalmente no fato de poderem optar por não morar nas favelas. Enquanto os favelados, ocupantes das terras, apenas utilizam os serviços de suas reivindicações ou demandas, e muitas vezes devido suas condições de pobreza não têm muita escolha, sendo que a opção é morar na favela. Conclusões estas, que demonstram semelhança através do enfoque da tese de FRANCISCO CANELA (1992), no que se refere a este assunto, como também fica claro no depoimento de um assessor:

"... não adianta eu dizer que sou igual ao pessoal das comunidades, eu estaria mentindo prá mim mesmo. Só pelo fato de podermos escolher, já somos diferentes, o que eu posso dizer a eles é que tenho minha casa e que quero que ele tenha também, não estou aqui para me aproveitar deles, mas sim para ajudar a conseguir o que já consegui prá mim, porque acho que eles merecem, o mínimo de dignidade é a gente lutar por eles".

Nesta trajetória, o CAPROM sentiu que seria relevante o trabalho defensivo, e atacar o mal pela raiz seria pressionar o Poder Público Municipal e repensar sobre a formulação de uma Política Habitacional. As pressões do Movimento e CAPROM aumentaram, e em decorrência foi enviado ao executivo municipal (câmara dos vereadores), um projeto popular para habitação. Rediscutido e ampliado, criou-se o Fundo Municipal de Integração Social, lei nº 3210, que prevê como início de execução, a construção de 300 casas, como também a participação das comunidades na gestão do fundo. \*

O maior confronto do Movimento Sem Teto e do CAPROM com a Prefeitura é com o discurso do Poder Público de que Florianópolis não comporta um trabalho de apoio na área de habitação, urbanização e saneamento básico para os favelados, pois alegam ser um problema migratório, transtorno causado pelas prefeituras do interior do Estado, que mandam as pessoas para a capital.

Porém, o que se percebe através dos dados<sup>6</sup>, sobre o índice vegetativo de crescimento da população de Florianópolis, é que a capital tem hoje um excesso de população migratória. Apesar disso esse índice é bem menor do que os municípios circunvizinhos, São José, Palhoça e Biguaçu. O índice de

---

<sup>6</sup> Dados obtidos no documento elaborado pelo MST e CAPROM para o debate dos candidatos à prefeitura de Florianópolis em 1992.

crescimento de Florianópolis é de 2,8%, enquanto que o índice estadual é de 2,05%, sendo constatada uma diferença de 0,075%. Em compensação Biguaçu tem um crescimento de 5,4%, um dos maiores índices de crescimento do Estado, Palhoça com 4,56% e São José com 4,25%.

Na verdade, existe um fluxo migratório que é condensado por Florianópolis. Além disso há, a falta de um planejamento adequado. Um outro agravante foi colocado numa das entrevistas: "o problema é que a ilha basicamente pode ser ocupada apenas em 18% a 20%, sendo o restante áreas de preservação". Todavia se realmente tiver um planejamento, existem áreas de expansões rurais, capazes de comportar esse contingente. Não só de forma horizontal que é de lotes, mas um plano pensado de verticalização, mesmo de 3, 4 pavimentos em algumas áreas.

O relacionamento com o poder Público Municipal piorou ainda mais por ocasião da organização da Celebração da 1ª Romaria dos Sem Teto em junho de 1989, no dia do migrante, com a participação de 30 comunidades e a presença de um grupo de trabalhadores rurais sem-terra. O objetivo da Romaria era fortalecer o movimento pelas reformas agrária e urbana. No relato das pessoas do MST, este momento foi de reflexão sobre a fé na vida e na capacidade de lutar, priorizando a solidariedade entre as comunidades. Para os assessores foi também um momento do

movimento continuar se organizando em torno de uma causa justa, uma Política Habitacional para o município. Nesta celebração o lema do movimento era "terra para viver, não para especular".

Neste ano ainda, aconteceram várias mobilizações em torno da Lei Orgânica Municipal, em que emendas populares foram derrotadas, mesmo assim, os depoimentos ressaltam o processo de aprendizagem política como um aspecto positivo, resultado de várias mobilizações e discussões.

Como já foi mencionado anteriormente, o CAPROM foi criado a partir do apoio da Igreja, principalmente a igreja Santo Antônio, que liberava dois funcionários para o trabalho com os migrantes e mais uma irmã, paga pela Instituição. Estrutura mantida pelas "mulheres caridosas", que freqüentavam a Igreja. Com a Prefeitura Municipal da capital nas mãos do PMDB e com um grupo significativo de fundadores filiados a este partido, o primeiro propósito foi tentar a liberação pela Prefeitura de funcionários para trabalharem com os migrantes. O prefeito Edson Andrino, liberou nessa época 3 funcionários, que já estavam na militância.

Ainda em 1989, quando se intensificam as ações de despejo, muda o Governo Municipal, entrando Esperidião Amim. O movimento, após tentar negociar, já cansado das promessas do

prefeito, resolve ocupar a prefeitura até obter a garantia de não despejo. Esta atitude de acirramento com a Prefeitura e a atividade do CAPROM como entidade combativa, leva Esperidião Amim a retirar os funcionários que estavam à disposição, mas antes disso, tenta esvaziar o CAPROM e cooptar seus funcionários.

Portanto, as dificuldades com o quadro de pessoal fez com que o CAPROM elaborasse um projeto para uma agência internacional a fim de poder se manter financeiramente, pagar seus funcionários e ter mais autonomia. Desta maneira, foi elaborado o projeto para MISEREOR (agência financiadora da Alemanha), ligada à Igreja Protestante. Seus recursos são obtidos através de coletas dos cristãos, principalmente em épocas de Natal com a venda de santinhos com mensagens da confraternização de final do ano. As pessoas colaboram com a ajuda aos povos do terceiro mundo, fundamentalmente os empresários, os quais têm abatimento no imposto de renda com este auxílio.

Como a MISEREOR é uma entidade ligada à Igreja, o centro que vai receber o financiamento também deve estar e o bispo da região deve assinar o projeto, senão este não é aprovado. É exigida uma metodologia na elaboração do projeto, na qual deve constar um histórico da entidade, da cidade, da realidade do movimento assessorado, delimitação da área de atuação, como também demonstrar a preocupação de transformar a

realidade e a própria sociedade, argumentos que chamam a uma responsabilidade de ajuda à situação social.

Esta agência é extremamente rigorosa quanto a descrição dos projetos, havendo necessidade de pormenorizar detalhadamente, os passos de cada atividade, bem como exige saber quais as relações de quem vai receber o financiamento, e no caso o CAPROM, com os movimentos populares, sindicais, entidades afins ou com as pastorais de forma geral.

O prazo do projeto, geralmente no começo é de 12 meses, após renovações é que se amplia para 2 ou 3 anos. O CAPROM cumpriu essa etapa, teve mais 2 anos totalizando os 3 anos, encerrando o prazo em dezembro de 1992. Atualmente a MISEREOR mudou sua metodologia de trabalho, atuando somente com grandes projetos e na linha de produção e não mais na linha de formação, proposta anterior quando do início da sua ligação com o CAPROM. O Movimento Sem-Terra, através da CPT, é o único que continua ligado a essa agência, no nível de organização, considerado como grande projeto.

Quanto à questão financeira, o CAPROM recebe ajuda de entidades civis como sindicatos, as próprias paróquias, deputados estaduais e vereadores municipais de partidos da frente popular. No começo o CAPROM mantinha convênio com a LBA e



FUNABEM, mas a partir do instante que começaram as resistências junto ao governo, acabaram essas verbas e a entidade pediu auxílio internacional.

## 2.1 - Articulação do CAPROM e Movimento Sem Teto com outras entidades

A articulação do CAPROM e do MST com outros movimentos ou entidades, é frágil e precária. Com o movimento negro a relação existe apenas no discurso ou intenção. Isso quer dizer que na prática, no dia a dia, o movimento negro não luta junto ao MST por alimentação, habitação, problema esse que os atinge também. Um membro do CAPROM argumenta:

"eles usam um método errado de atingir esta população, usa-se dois universos diferentes e o problema na realidade atinge o mesmo universo".

Com o movimento da saúde existe articulação apenas em momentos de maiores reivindicações, depois acabam desarticulando-se. A relação se dá mais em períodos de lutas, manifestações ou de cursos de formação a nível mais amplo, mas no dia a dia não acontece:

Já com o Movimento dos meninos e meninas de rua há um bom relacionamento, a mediação acontece via CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular). Relação construída a nível de

momentos de conflito<sup>7</sup>. As associações de moradores das comunidades possuem sede para trabalharem com os adolescentes e o CAPROM pretende fazer esse trabalho conjuntamente.

A relação com o movimento ecológico, passa por uma linguagem descolada, muitas vezes este movimento diz que os favelados degradam o meio ambiente, destroem as encostas dos morros, mas esquecem que é o que sobra para essa população, sendo obrigados a ocuparem estas áreas, criando uma verdadeira desarticulação entre estes movimentos que deveriam estar ligados. Existe um conflito estabelecido entre o movimento ecológico e o MST, e o poder Público Municipal faz um jogo, que é usar um contra o outro, segundo relato de um assessor do CAPROM:

"eles tiram o pessoal da via-expressa e jogam em áreas de mangue, aí vêm os ecologistas e berram, porque a área é de preservação e o Poder Público o que faz? Usa o pessoal do MST contra os ambientalistas dizendo: viu, o pessoal da ecologia prefere ver o mangue bonitinho, preferindo que vocês morem na favela, eles jogam pesado".

Deste modo, esta relação se torna complicada, pois o movimento ecológico não discute com o MST, e não faz essa reflexão; por sua vez, o MST diz que o prioritário é morar, primeiro as necessidades do ser humano e depois a preservação, quando na realidade é possível fazer as duas coisas. Falta muita

---

<sup>7</sup> Atualmente, está se constituindo na cidade o Conselho da Criança e do Adolescente.

integração entre esses movimentos, onde cada um quer resolver o seu problema específico, esbarrando no problema do outro, como exemplifica um assessor:

"(...) Acho que o que tem que ficar claro para os ecologistas é que eles não vão resolver o problema do meio ambiente, se não resolver o problema dos Sem Teto. E para o pessoal do MST, ocupar o mangue não vai resolver nada, pois tem outras áreas para ocupar".

Neste interrelacionamento, a ligação mais forte colocada nas entrevistas, se estabelece com o movimento sindical que tem uma estrutura mais forte no município e comungam de certa forma com as mesmas perspectivas de mudança social. Mesmo assim, o que acontece é que o movimento sindical trabalha mais com os trabalhadores sindicalizados, são mais corporativistas. São poucas lideranças que trabalham com o setor informal (com os empobrecidos que não são sindicalizados), tendo debilidades essa relação:

"(...) temos mais contato na hora do desespero, um exemplo é quando tem uma ocupação de terra e tem que resistir. O pessoal do movimento sindical vem dar um apoio, mas é diferente pensar essa questão da habitação como uma situação comum, que deveria fazer parte de qualquer categoria de trabalhador(a). Eles deveriam pensar isto sob uma ótica sindical, (transporte, alimentação, habitação, etc.), pensar no trabalhador como um todo, não só quanto ao salário, como se resolvesse tudo, e são coisas que se resolvem através de políticas públicas".

Na esfera nacional, o MST e o CAPROM participam há cerca de seis (6) anos do movimento de moradia de São Paulo, mesmo quando ainda não havia uma articulação no âmbito nacional. Nesta época, a CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil), fez um encontro latino-americano de moradia, onde um dos objetivos era a tentativa de articulação nacional, no qual membros do CAPROM fizeram parte. Em 1990, participaram do encontro em Goiânia para articular as lutas nacionais e estaduais, ficando na comissão do encontro um membro do CAPROM. O Centro de Apoio e Promoção ao Migrante possui convênio com o Instituto CAJAMAR, de São Paulo. Esse Instituto tem sido desde 1986 um ponto de encontro de trabalhadores(as), lideranças das mais diversas categorias e procedências, movimentos sindicais, partidos, comunidades pastorais. O Instituto CAJAMAR cede seu espaço para assembleias, treinamentos, cursos, seminários, jornadas, etc. fundada como sociedade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica autônoma<sup>8</sup>.

## 2.2 - Formação do grupo de assessoria

Como foi sugerido anteriormente, a história do Movimento Sem Teto integra uma assessoria que faz parte do movimento como um todo. Este grupo até o final de nossa pesquisa,

---

<sup>8</sup> Espaço de intercâmbio, criação, capacitação e conscientização de um importante segmento de lideranças dos mais diversos Movimentos Sociais. Boletim Informativo do Instituto CAJAMAR, 1989.

era formado por 9 pessoas, que tem ligação permanente com a entidade. Desses assessores dois são liberados, recebem dois salários mínimos como verba do projeto da MISEREOR. A secretária do CAPROM é antiga funcionária da Prefeitura de Florianópolis e também representante da comunidade Chico Mendes. A coordenadora exerce a função de acompanhamento ao MST, anteriormente liberada pelo bispo da região Dom Euzébio, mais tarde com a mudança do bispo, começou a receber também pelo projeto da agência que financia o centro. Foi eleita novamente em 16 de dezembro de 1992, momento este que ocorreu a eleição para a nova diretoria do CAPROM<sup>9</sup>.

O tesoureiro foi liberado até 1991, hoje sobrevive dando aulas em curso pré-vestibular, faz trabalho na militância petista sem remuneração. Fazem parte também como assessores três (3) estagiárias universitárias do curso de Serviço Social, recebem bolsa de extensão para o estágio. Das voluntárias existem duas pessoas que são formadas em arquitetura. Uma delas trabalha no CAPROM na área de urbanização, bem como desempenha no escritório do vereador Vitor Schmidt um trabalho na área de planejamento urbano. O outro arquiteto participa nas discussões da organização do solo urbano nas áreas de ocupações. Fora do CAPROM é profissional liberal e faz parte da direção municipal do

---

<sup>9</sup> Começou a ocupar o cargo de Secretária da Habitação da Prefeitura do município de Palhoça, a partir de janeiro de 1992.

PT na área de planejamento urbano. A outra assessora voluntária, no momento participa das reuniões do CAPROM com o objetivo de elaborar um projeto para o resgate da memória do MST. Fora do CAPROM, faz mestrado em Educação e é ligada ao Instituto CAJAMAR.

Em dezembro de 1992, aconteceu uma assembléia extraordinária no CAPROM com a finalidade de eleger uma nova diretoria, na qual foi aprovado conjuntamente o novo estatuto da entidade, um dos assuntos a serem abordados no terceiro capítulo deste trabalho.

### CAPÍTULO III

#### 3 - ATUAÇÃO DO CAPROM E SUA AÇÃO METODOLÓGICA

Nos capítulos anteriores ressaltamos a importância do contexto de origem das organizações não governamentais, bem como a trajetória institucional do nosso objeto de pesquisa CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante).

Neste capítulo pretendemos fazer uma análise da atuação do CAPROM no que se refere a sua ação propriamente dita. Em primeiro lugar, buscou-se discutir expectativa da assessoria em relação à construção de uma cidade melhor, a participação do MST na elaboração de projetos para o município, bem como a busca de serviços básicos à população carente estimulando sua cidadania.

Em segundo lugar, identificou-se a orientação metodológica da entidade, refletindo a crise vivenciada pelo grupo de assessoria. E, por último, realizou-se a análise do

papel da Instituição, enfocando os seus novos objetivos com a renovação de seu estatuto.

### 3.1 - CAPROM e MST pensando uma cidade melhor através da participação na legislação

Os bairros populares, de uns anos par cá, vêm sendo freqüentemente visitados por várias organizações não-governamentais (ONGs). Estas organizações vêm propor diversos projetos de desenvolvimento, de capacitação e investigação. Tais projetos estariam dirigidos a melhorar sua capacidade de gestionar recursos e de enfrentar carências básicas. Neste sentido, o CAPROM, enquanto entidade não-governamental atua diretamente no problema da habitação e visualiza uma cidade com o perfil de uma "cidade para todos", reivindicando mudanças concretas. Para isso, propõe eventos de discussões acerca dos processos de ocupações de terras até urbanização, assim como o uso do solo e reforma urbana.

Essa relação passa pela ampliação da cidadania no próprio cenário da cidade, onde o espaço público é constituído pela participação<sup>1</sup>. Todavia, a participação requer conhecimentos,

---

<sup>1</sup> MARILENA CHAUI, coloca que se "repensarmos a cidadania como afirmação de direitos e como criação de direitos, isto é, como criação dos sujeitos sócio-políticos por sua própria ação, pode-se ultrapassar o sentido restrito da cidadania como voz e voto" (CHAUI, 1990:306)



principalmente, sobre leis para que possamos ao menos modificá-las. O que se observou em nossa pesquisa é que a participação do Movimento Sem Teto na legislação tanto a nível Municipal como Estadual é baixa, claro que houve tentativas, mas muitas vezes frustrantes. O que ocorre é que há desconhecimento das leis, direitos, orçamento, etc. No penúltimo orçamento da prefeitura de 1991, foi feita uma discussão do CAPROM com as comunidades que fazem parte do MST, explicando o significado da lei do orçamento e diretrizes na legislação (intervenção nas leis municipais e estaduais seria uma atividade para fazer parte do dia a dia do indivíduo). Quanto à lei do Fundo de Integração Social, o MST teve uma boa participação conseguindo sua implementação<sup>2</sup>.

Desta forma, a definição de participação pode ser ampla, entretanto como nos coloca CHAUI (1990:297), a questão da representação, liberdade e participação tem sido a tônica das reivindicações democráticas. Isso implica na ampliação de cidadania do plano político institucional para o da sociedade como um todo. Ao examinar o grande aspecto das lutas populares nos últimos anos, a novidade dessas lutas se localiza em dois planos: a) no plano político; do direito de se organizar politicamente e a participação nas decisões rompendo a verticalidade do poder autoritário e b) no plano social, mais

---

<sup>2</sup> A lei do Fundo de Integração Social é um mecanismo de participação da população carente dentro da prefeitura de Florianópolis, que visa arrecadar fundos para a construção de moradias na periferia.

amplo, pelo reconhecimento de novos direitos e, portanto, de novos sujeitos sociais.

Retornando à nossa investigação, observa-se que houveram períodos de muita pressão na câmara dos vereadores da capital para que determinados assuntos fossem alterados. Mas é um processo esporádico, sem continuidade. Mesmo com pouca intervenção o MST e CAPROM sentem a necessidade de mais participação na vida legislativa da cidade, tanto que conseguiram eleger seu próprio candidato a vereador nas eleições de 1992. Desta forma, poderão receber o repasse das informações e decisões do legislativo, inclusive do executivo através deste candidato.

Apesar de não ter no momento atuação na elaboração de projetos de leis, o MST e CAPROM têm consciência da necessidade de estarem participando e obtendo força para influenciarem nos projetos da cidade, intervindo bem mais. Em síntese, sendo reconhecidos. Outro problema colocado nos depoimentos é que muitas vezes a composição da câmara acaba dificultando a aprovação de certos projetos. Foi justamente por isso, que as reivindicações em termos de leis elaboradas foram rejeitadas dada à composição da câmara anterior, esta é uma reclamação geral.

Um acontecimento importante a nível regional, estadual e Nacional foi a elaboração da primeira emenda popular examinada

pelo Congresso Nacional, com base na constituição que cria o \*  
Fundo Nacional de Moradia Popular. Em quase todo o país,  
conseguiu-se 700 mil assinaturas (momento da elaboração das  
emendas) e, portanto, foi o valor das assinaturas que  
possibilitou a pressão junto ao Congresso na construção de uma  
Política Habitacional. Depois de 1986, quando acabou o BNH ficou  
difícil ter uma política centralizada com a participação popular  
e diretrizes claras<sup>3</sup>.

Em relação a leis nacionais foi uma grande aquisição o \*  
processo que construiu o Movimento Nacional da Moradia. Movimento  
este, inclusive, que impulsionou a criação de uma Central de  
Movimentos Populares dos mais diversos, finalmente fundada em  
outubro de 1993.

Desta maneira, como relata SILVA (1990:1), o final dos  
anos 80 e início da década de 90 (...) "destacam as novas  
relações entre movimentos populares urbanos com os níveis  
institucionais de poder, principalmente o legislativo. Essas  
novas relações passam pela centralização da questão da construção  
de direitos e da justiça social, e nesse sentido fazem emergir um  
espaço público portador de novos significados e representações de

---

<sup>3</sup> Hoje o que existe é a COHAB. O Ministério de Ação Social repassa pela Caixa Econômica Federal os recursos para as COHABs, que deveriam ter um plano de 3 a 5 salários mínimos, mas na realidade é de 5 para cima e a maioria da população não tem acesso.

cidade e cidadania". Nesta direção, a relação do MST e do CAPROM com as leis se dá na perspectiva da própria construção do movimento, no depoimento de um assessor:

"(...) você começa a pensar também perspectivas políticas que podem ser projetadas em leis para na realidade ter direito à cidade. Essa primeira tentativa foi a criação do Fundo Municipal de Integração Social que é um instrumento que cria um conselho Municipal para planejar ou administrar uma política na área habitacional pensada enquanto saneamento, infra-estrutura, etc.

Na elaboração da lei orgânica Municipal de 1990, o MST e CAPROM entraram com propostas na área de educação, saúde, moradia, saneamento básico e meio ambiente, conseguindo aprovação de algumas propostas, mas infelizmente não na sua íntegra. Nota-se que para obter aprovações na elaboração de projetos se necessita de conhecimentos sobre as leis do Município e Estado e pelo observado, o MST conhece pouco sobre essas leis (saneamento, plano diretor, lei sobre o orçamento e diretrizes, projetos anuais, etc.). No entanto, como já foi mencionado, o movimento acredita que, a partir da eleição de seu candidato, novas leis de benefícios serão criadas e terão maior acesso a informações do legislativo e executivo. Isto demonstra que o CAPROM não tem entre o prioritário a questão da assessoria técnico-legal.

Sobre esse assunto, SILVA (1990:1,7), menciona que tem sido relevante refletir o papel das assessorias aos movimentos

populares junto ao legislativo, bem como o papel desempenhado pela câmara municipal na criação de novos direitos. A autora comenta o fato marcante da constituinte de 1986, na qual amplas forças populares se articularam no processo de criação desses novos direitos no plano institucional (nova relação entre campo institucional e campo social). No entanto, o problema da constituição federal brasileira é que além de seus limites, deixou de incluir muitos dos direitos demandados pelos movimentos sociais e a própria lei complementar. E enquanto isso, sabe-se que outros direitos dificilmente serão efetivados na prática<sup>4</sup>.

### 3.2 - Relação do CAPROM e MST com o Poder Público Municipal

A análise anterior desencadeia na própria relação do MST com o Poder Público Municipal, na qual o conflito se estabelece freqüentemente. O ideal seria logicamente, haver discussões (diálogos em conjunto) sobre o que seria o melhor para a cidade, não só a proposta de habitação, mas saúde, educação, transporte, etc., porém não é assim que acontece, até agora sempre houve confronto. O que se espera é que com a gestão do novo prefeito da frente popular isso venha ocorrer. Um dos exemplos é colocado por um membro da assessoria:

---

<sup>4</sup> "A participação popular e a participação de outras entidades na inscrição de direitos urbanos nas esferas constituintes tem sido chamada de "conjuntura da cidadania", isto significa um espaço público que abrange a capacidade de "escolher, julgar e participar da gestão da coisa pública" (Silva, 1990:7,8).

"O problema da Via Expressa se arrasta há muito tempo, há 4 anos pensamos numa solução, mas o pessoal da prefeitura não quis nem ouvir (...) A questão da migração que é um problema geral no Estado é trabalhado na base de muito barulho. Se bem que atualmente, estamos num outro passo, aos poucos conversando".

A grande parte das pessoas entrevistadas, abrangendo a assessoria e pessoas do movimento (comunidades), comentaram ser raras as vezes que se viu qualquer iniciativa em prol das periferias que seja do poder Público Municipal e Estadual, a não ser com objetivos eleitoreiros. Num dos depoimentos menciona-se o fato de que o contato com as comunidades sempre tem o objetivo de cooptação:

"Antes de eu ter entrado com o trabalho nas comunidades, ela, a comunidade, já havia tido alguns contatos com o poder público, mas era de cooptação. A questão da participação era mínima, pois não havia nenhuma discussão. Este problema de cooptação tem que estar sempre cuidando, é muito forte. E eles tentam o tempo todo tanto com o MST como com o CAPROM, qualquer fragilidade..."

Apesar disso, boa parte das comunidades tem conseguido através de muita luta, algum serviço de infra-estrutura como água, luz, etc. Um dos grandes problemas que as comunidades enfrentam é quanto ao lixo. Quase não passa o caminhão de lixo, ele passa na periferia porque faz parte da área urbana da cidade, mas dentro da favela é difícil. Em 1988 e 1989 a COMCAP (Companhia de Melhoramento da Capital), tentou fazer uma limpeza parcial na favela da Chico Mendes, a situação estava péssima.

Esse trabalho seria feito através de mutirão com a comunidade. Ocorre é que a própria COMCAP desestimulou o trabalho pois as pessoas se cortavam com todo aquele lixo, sendo feito apenas uma vez.

Houve também discussões para o retorno do projeto Beija Flor em algumas comunidades (reciclagem doméstica do lixo), projeto este com outras tentativas de implementação. Os técnicos da prefeitura ficaram entusiasmados com a colaboração das favelas. Mesmo assim, perceberam não ser fácil o trabalho educativo. Seria uma excelente alternativa, havendo disponibilidade das associações de moradores, sendo que até reuniões na COMCAP haviam se realizado. Os encaminhamentos estavam quase resolvidos quando o Prefeito Esperidião Amim cortou a verba. Em seguida ao ocorrido, o MST e o CAPROM tentaram fazer o projeto Beija Flor por conta própria, mas faltou infraestrutura. Atualmente a única comunidade beneficiada com este projeto é a comunidade da Ilha Continente, onde o mesmo foi implantado pelo ex-prefeito Esperidião Amim em época de eleições.

Isto vem demonstrar que não existe uma política séria por parte do poder Público Municipal, que vise resolver o problema das favelas. Exemplifica um assessor:

"Se entrar o vibrião colérico aqui em Florianópolis, as pessoas que moram nas favelas serão as mais sujeitas a contrair o vírus. Essas pessoas podem estar na casa de outras pessoas

como faxineira, chofer, como vigia, operário de construção civil, etc."

Na realidade é expor o conjunto da população a essas epidemias. Num outro depoimento fica claro esta falta de articulação:

"A relação com a prefeitura é de confronto e não de articulação, porque eles têm um projeto e nós um outro bem diferente. São duas coisas distintas e é necessário esse embate, pois é a partir daí que vão surgir efeitos concretos, a postura é de enfrentamento, só assim se tem resultados".

Sabemos que o Estado, aqui representado institucionalmente pelo poder Público Municipal e também Estadual, é um foco da relação com o MST e CAPROM, mas não constitui o tema central dessa dissertação abordarmos as teorias do Estado, nem a adoção de qualquer uma delas. A dissertação priorizou a constituição das organizações não-governamentais ou centros de assessoria em suas várias implicações internas, objetivando mostrar a realidade a nível interno (o processo no interior do CAPROM)<sup>5</sup>.

### 3.3 - Necessidade de repensar a metodologia para o CAPROM

Queremos iniciar esse assunto colocando sobre o potencial que representa o papel das assessorias (constituídos

---

<sup>5</sup> Todavia, sabemos da importância dessa relação externa, tema bem desenvolvido na dissertação de FRANCISCO CANELLA, junho de 1992 - com o título "A UFECO e o Movimento dos Sem Teto - práticas instituintes nos espaços políticos da cidade". Motivo este desnecessário para aprofundarmos este assunto.



geralmente por profissionais técnicos, militantes políticos, universitários ou religiosos), no desenvolvimento do movimento popular. Existem vários trabalhos de assessoria, mas o que nos interessa aqui, destaca-se pelas lutas quanto à moradia na grande Florianópolis. Cabe ressaltar que o CAPROM, voltado para o problema da habitação, desempenha um papel educativo junto ao Movimento Sem Teto, utilizando instrumentos de operacionalização específicos quanto sua concepção de trabalho.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de mencionar o que diz GOHN (1990:7), acerca das assessorias:

"as assessorias passaram a ser os grandes agentes de intermediação entre os movimentos e as novas políticas sociais, entre o povo e o governo. (...) nos processos de negociações, as assessorias desempenharam papel de mediação fundamental (...) objetivando assessorar os movimentos em suas demandas cotidianas".

As entrevistas com os assessores do CAPROM revelaram que os interesses que motivam grande parte deles se justifica em geral com as preocupações a nível de mudanças sociais. As modificações dessa sociedade passam por um sentimento elaborado acerca do resgate da cidadania, segundo esses integrantes elemento central na construção democrática da sociedade civil brasileira. Esse modo de contextualizar globalmente a sociedade instrumentaliza-os a formar interesses mais específicos a nível de acompanhamento micro. Neste sentido, para os assessores o

objetivo é colaborar no desenvolvimento de um trabalho de organização na periferia e apresentar propostas para Políticas de Habitação, com a finalidade das comunidades deixarem de serem favelas. E para que haja transformação, eles acham que têm que começar principalmente pelas mudanças na nossa cidade (na cidade de cada um) e criar um espaço para que a população carente consiga sobreviver.

O grupo de assessoria busca, na verdade, centralizar forças na reforma urbana da ilha e dar espaço ao migrante que não possui muitas opções de moradia. A configuração da entidade (CAPROM) é formada por relações complexas, relações estas centralizadas em problemas por falta de método. Desta maneira, desencadeia num outro problema, isto é, de imprecisão na elaboração de um plano para a entidade, causando divergências e limitações na relação coletiva da assessoria<sup>6</sup>.

Mesmo assim, não podemos negar que existe uma ação que se dá pela visão crítica da realidade e a profunda sensibilização para os problemas sociais. O que acontece é que o grupo patina muito, deixa de avançar no processo educativo no qual se propõe, conseqüentemente na identidade enquanto grupo, na postura prática com o MST na falta de uma linguagem em comum. Em 1992, essas

---

<sup>6</sup> Este procedimento encontra-se normalmente analisado pela própria assessoria a cada final de ano, quando dos encontros avaliativos.

manifestações ficaram claras. O CAPROM vivia uma crise de identidade quanto sua atuação, isto levou a uma crítica coletiva nas reuniões do MST quanto ao ativismo e a dificuldade de sair de orientações paternalistas e basistas.

Nesse ponto, uma das grandes dificuldades que percebemos é a falta de capacidade para administrar seus conflitos internos e orientar seus rumos para o futuro. Nos lineamentos metodológicos básicos do trabalho, o que se percebeu neste período de ano e meio de participação como pesquisadora (confundida muitas vezes como assessora), que existe como orientação métodos diferenciados. Alguns assessores, os mais ligados a religiosidade e as estagiárias do serviço social, atuam com uma prática que carrega elementos teóricos da Educação Popular<sup>7</sup>.

No texto "Educação Popular e sua Dimensão Política" PONTUAL (1985:4), coloca que Educação Popular é um conceito vago e indefinido e que tem sido aplicado em seu sentido mais amplo a programas educativos dirigidos a adultos das zonas rurais e urbanas. Desde o momento que a Educação Popular começou a ser divulgada e desenvolvida na América Latina, surgiram programas

---

<sup>7</sup> Segundo PAULO FREIRE, na Educação Popular, a educação de oposição, em síntese seria uma passagem gradual da consciência reflexiva (consciência oprimida) até formas de consciência capazes de perceber a realidade em termos dos verdadeiros propósitos de libertação dos grupos oprimidos (PONTUAL, 1985:14).

educacionais, tanto no meio urbano como no meio rural, embora semelhantes em alguns aspectos, possuíam metodologia e conteúdos diversificados. Essa diversificação representava uma tentativa de adequação a contextos sociais diferentes, representando também a expressão prática das diferentes posições políticas e ideológicas dos organizadores e responsáveis por tais programas em relação a sociedade que atuavam.

Esse autor evidencia que, metodologicamente, os programas de Educação Popular estão baseados em um conjunto de situações pedagógicas (diálogo, interpretação de dados e fatos da própria realidade local, decodificação de situações sociologicamente significativas, etc.), capazes de motivar as pessoas e grupos das classes oprimidas no processo de transformações estruturais<sup>8</sup>.

Nesta perspectiva, é de fundamental importância mencionar algumas atividades de atuação da assessoria do CAPROM, que tem como propósito contribuir no processo de transformação das camadas populares. Para as camadas populares essa transformação sugere que "(...) o peso político está na valorização e uso de seu conhecimento como instrumento de poder no processo de luta para a transformação da sociedade". Esse

---

<sup>8</sup> Objetivos, metodologia, programas e conteúdos de Educação Popular, têm sido estabelecidos como um instrumento de oposição aos interesses dos grupos opressores e aos serviços de processos de libertação do povo (Idem:14).

processo requer que uma teoria, ao ser explicitada na prática, estabeleça uma relação de teoria e prática que se apresenta como relação de reciprocidade (PIACENTINI, 1991:101). Essa relação de reciprocidade refletimos como sendo uma alternativa metodológica vista através do pensamento teórico que vai orientar a práxis específica de cada grupo de ação popular.

Um dos projetos educativos chamados de "Oficina do Saber" é um projeto do CEDEP (Centro de Evangelização e Educação Popular), trabalho este feito conjuntamente com o CAPROM. Existem dois programas, um na linha de alfabetização de adultos e outro de reforço escolar para crianças de 6 a 10 anos (1ª e 2ª séries do 1º grau). São crianças cujos pais vão trabalhar e como alguns não têm irmão que possam cuidá-los acabam ficando na rua. O grau de alfabetização da escola é muito fraco e não conseguem um bom rendimento. Assim, o CAPROM e CEDEP juntos resolveram dar uma maior assistência. Dar um reforço para que eles consigam sair da 1ª série com uma boa base<sup>9</sup>.

As monitoras(es) têm procurado trabalhar com o método Paulo Freire, onde o conteúdo é retirado e produzido de forma conjunta com a parte teórica. Esses assessores fazem uma avaliação mensal, na qual entra também a realidade do adulto que

---

<sup>9</sup> O sentido do reforço está em democratizar a Instituição porque os conteúdos do ensino formal estão fora da realidade dos estudantes carentes. Informações contidas no documento da assessoria do CEDEP, síntese dos relatos das áreas de atuação.

ocupou a terra, que é um Sem Teto e tem uma história de luta. Desta forma, as crianças participam dessa história pois ocuparam a terra juntas, realidade essa que tem como objetivo construir a história de conquista deles.

Na verdade, o CAPROM é mais ligado ao trabalho com os adultos com a finalidade de prepará-los para a ação política no processo de transformação social. Esse processo educativo se dá através de cursos de formação, reuniões de associações de moradores e acompanhamento comunitário. Essas reuniões das associações são trabalhadas a nível de muita discussão. O que acontece no cotidiano da comunidade (ação) é trazido para a reunião, refletindo-se a partir daí.

Conforme PIACENTINI (1991:105), o conteúdo da Educação Popular considera que é através da conscientização que os homens tornam-se agentes de sua própria história e responsáveis pela transformação que desejam<sup>10</sup>. Através de um depoimento de um assessor do serviço social constatou-se o trabalho de acompanhamento com a comunidade:

"O refletir com a comunidade passa por fazer ela se sentir sujeito, ela mesma conduzir o processo. O técnico de arquitetura trabalha na educação mais a nível técnico e nós puramente pedagógico".

---

<sup>10</sup> Ver sobre um maior aprofundamento desta questão: "Dialética da Educação Popular", autor Oscar Jara, publicação CAPIs, texto de apoio nº 2.

No que se refere ao método de trabalho, tentou-se várias vezes fazer reuniões de assessoria para discutir teoricamente o assunto, inclusive participaram pessoas que estavam fazendo mestrado, doutorado ou pesquisa, com a perspectiva de elevar o nível da assessoria quanto ao aperfeiçoamento teórico do grupo. Acontece que isso ficou distante, na medida que os encontros se tornaram esporádicos e as reuniões ficaram na resolução de problemas imediatos (trabalho de bombeiro). Essa parte se perdeu no cotidiano, ficando escassos os períodos de formação. E justamente por falta dessa discussão as coisas ficam sem começo, meio e fim e parece que a discussão fica naquela velha história que agentes somos nós? Para descrever a situação de deficiência metodológica, um assessor formula esta preocupação:

"Estamos na realidade num processo de redefinição de uma linha de ação do CAPROM, que nos leva a discutir o método. Hoje é empírico, uma relação de troca mútua. Há uma tentativa de ter somente uma orientação, uma técnica específica enquanto assessoria. Acho que podemos trabalhar as sensações, as relações a nível do mundo simbólico, das necessidades deles (da comunidade), a partir de suas próprias projeções e não somente do que projetamos em relação a eles. Mas não saberia dizer o que seria isso enquanto método".

Adequar a metodologia conforme a realidade, diz uma assessora, "é o mais conveniente. Com os migrantes não é possível ter uma metodologia específica porque a gente planeja de uma forma e acontece diferente. É o dia a dia que vai mostrar como

trabalhar ou qual o método. A redefinição de cada um no grupo é essencial, pois o que se constata é que cada um trabalha da maneira que acha que deve trabalhar, causando muitos limites e desencontros. Um exemplo é que o CAPROM trabalha muito a questão da urbanização. O próprio trabalho das estagiárias do serviço social que deveria ser na linha de organização é voltada para a urbanização (esgoto, infra-estrutura em geral). Um assessor mostra claramente a falta de clareza de uma orientação em comum como instrumento de trabalho:

"Não se tem definido nenhum método, eu particularmente trabalho de uma forma que na prática é diferente dos outros, nas reuniões até que a gente consegue certa homogeneidade de atuação, mas em campo a atuação é bem diferente. Um exemplo: quando vamos trabalhar a questão de mutirão da urbanização, eu às vezes sou mais demorada porque fico esperando que a comunidade apreenda alguma coisa e isso as vezes está errado, pois atrapalha um ganho em conjunto. Os métodos na prática não estão claros. Há uma tentativa de estabelecer com a comunidade uma ação participativa, ou seja, você não substitui as comunidades ou o MST no avanço de qualquer luta, mas tenta trabalhar os dois agentes internos diretos do movimento, trabalha os dois numa perspectiva de simbiose, numa relação participativa conjunta. Mesmo assim, vários momentos a gente acaba se sobrepondo. Não dá para negar que existe em alguns momentos uma postura paternalista, às vezes sem intenção, mas com a finalidade de ver a coisa resolvida e acaba atuando como método, dando o peixe e ensinando a pescar. Esse tipo de ação não instrumentaliza a comunidade o suficiente".

Impõe-se salientar que não existe atualmente uma estrutura eficiente do CAPROM que sustente uma assessoria



profissional, principalmente pelo fator financeiro, mas também a falta de um método de ação e planejamento adequado. Isto se torna um problema latente. Um dos depoimentos, feito por um membro da assessoria, revela nossa interpretação:

"(...) Enquanto grupo isto é um problema muito sério, porque as potencialidades são distintas e não conseguimos aprofundar devido a impossibilidade material e física. E as poucas pessoas liberadas, se sobrecarregam e se tornam tarefistas (...) estamos apenas fazendo tarefas, precisamos planejar melhor, falta planejamento. Enquanto método estamos errados e discutir isso passa pela estruturação do CAPROM (...) acho que nós temos que expor nas reuniões, pois o pessoal do CEDEP está melhor estruturado e nós não sabemos qual método vamos trabalhar. Estou propondo uma discussão para mostrar nossas fragilidades".

Esta preocupação com um método para a entidade aumentou para alguns assessores quando da reflexão em torno da reformulação do estatuto hoje totalmente defasado. No começo a instituição trabalhava basicamente numa linha assistencialista, depois houve muita discussão e foi analisado que o CAPROM deveria atuar numa linha mais crítica de politização, mas o trabalho continua ainda em muitos momentos o de apagar o fogo. Um assessor comenta:

"No início a metodologia era assistencialista para ajudar o migrante que chegava aqui, hoje o método é cada um por si e Deus por todos, apesar de que há uma preocupação com esta questão. Tenta-se promover o Sem Teto, mas às vezes acaba fazendo-se as coisas sem eles, acho que tem que sentar e resolver isso, esse papel não está bem definido".

### 3.4 - Analisando o papel da entidade quanto a objetivos e a reformulação do estatuto

As experiências de participação popular, nestes últimos anos, focalizam as ONGs como o fator chave na criação de uma nova sociedade civil. O mundo das ONGs poderíamos chamar assim de uma escola para futuros líderes políticos, ou seja, um laboratório onde novos programas e idéias podem ser testadas, enfim, um lugar para construir cada vez mais sociedade civil. É importante mencionar como diz VANCE (1991:2), que o papel das ONGs hoje é dar aos desprotegidos materialmente um espaço e dizer a eles como os recursos e o poder são usados na sociedade.

A autora menciona que as ONGs oferecem um caleidoscópio de opções e alteram a paisagem política e social de importantes maneiras. Um exemplo colocado é o da Colômbia, onde jovens graduados ou profissionais ficam atraídos para trabalharem nas ONGs, sendo que estas organizações representam novos horizontes profissionais, fora da arena política. Atraem por combinar habilidade técnica e profissional.

Sem dúvida, atraem na medida que certas ONGs possuem uma estrutura que sustente um profissional. Tratando-se do nosso objeto de pesquisa, atualmente isso não acontece. As estagiárias de serviço social até que manifestaram vontade de continuar

fazendo o trabalho, profissionalizar-se, mas no momento o CAPROM ainda não é um atrativo para os profissionais, principalmente pela falta de apoio financeiro. Ficar a nível de voluntários se torna uma participação rotativa fazendo com que o trabalho não tenha uma continuidade, pelo menos em termos de um centro profissionalizante, com estrutura eficiente.

Outros problemas contribuem para que a entidade não seja muito procurada por profissionais. Os próprios assessores colocaram alguns aspectos negativos num encontro de avaliação que ocorreu em dezembro de 1991, quais sejam: falta de planejamento, de organização, de registro, falta de investimento nas lideranças, imposição do trabalho na base, falta de uma política para a baixa renda, assim como uma Política de Habitação, falta troca de experiências, serviço social é vetado de informações e decisões, movimento atrelado ao PT (neste sentido a falta de autonomia faz perder a capacidade crítica), assim como a referência a mitos (pessoas carismáticas), isto pode ter conseqüências, como trabalho paternalista e a falta de entrosamento no grupo de assessoria, etc.

Por outro lado, percebe-se que existe uma ação da assessoria que proporciona ao mesmo tempo aspectos positivos na auto-promoção dos migrantes (Sem Teto). Neste sentido, esta auto-crítica favorece repensar seu projeto enquanto Instituição e

tentar melhorar vários aspectos para o bom funcionamento do centro. Portanto, as ONGs e CEPPs assumem uma discussão de mudança e diferentes questões são postas. Além de seus esforços para melhorar o dia a dia a qualidade de vida de seus beneficiários, as ONGs têm criado um propósito mais amplo.

VANCE, no seu livro "The Art of Association: NGOs and Civil Society in Colômbia", relata através de sua pesquisa que "(...) ONGs e movimentos populares estão favorecendo ou encorajando uma 'cultura da democracia' (...) estão tentando reforçar a sociedade civil para ajudar preencher o vácuo entre um longo distanciamento da população e o Estado" (1991:42).

O ano de 1992 para a Instituição CAPROM, foi de intensa reflexão interna, com propósitos de resolver e superar os conflitos acerca da concepção do centro. Um dos registros deste momento foi representado pela aprovação do novo Estatuto da entidade numa Assembléia Extraordinária em 16 de dezembro de 1992, término de nossa pesquisa. Esta Assembléia cumpriu duas funções, quais sejam: eleger uma nova diretoria para o CAPROM, que já estava vencida há um ano prejudicando a entidade quanto a documentos, assinaturas na questão legal, em projetos, recursos, etc.; e outra, reformular o estatuto que estava completamente defasado, precisando de idéias novas. O objetivo foi também a aprovação desse novo estatuto. O CAPROM é constituído por um

conselho diretor com nove (9) pessoas, mais a executiva seis (6) pessoas, sócios fundadores doze (12) e sócios efetivos que são todas as pessoas que participam no dia a dia, apóiam o movimento e que sejam aceitas pela direção e sócios.

Nota-se que o crescente processo na consolidação de uma identidade para o Centro vem acompanhado de tensões referentes à questão da democracia interna. Este acontecimento de renovação do Estatuto teve grande significado para aprofundar aspectos de desempenho técnico e mostrou inexistir procedimentos articulados e planejados de forma mais global e abrangente. Mas, o novo estatuto e a própria mudança do conteúdo ou significado da sigla — Centro de Apoio e Promoção da Organização e dos Movimentos Populares — fizeram repensar os novos objetivos do CAPROM bem diferentes dos anteriores que tinham preocupação centrada no migrante. Momento também revelador com uma crítica coletiva acerca das divergências existentes.

O estatuto é o pressuposto para a elaboração do projeto para a instituição. Assim, segundo VANCE (1991:42), as ONGs atuam em dois planos: favorecendo organizações de comunidades que são a construção básica de blocos da sociedade civil e promovendo cadeias lado a lado daquelas organizações que melhoram sua posição ao acesso de bem estar e serviços. Na relação entre a sociedade civil e o Estado, as ONGs atuam como interlocutores,

dando voz a segmentos da sociedade daqueles interesses que são tradicionalmente desprezados e pressionam o sistema para encontrar respostas às necessidades, bem como oferecem alternativas que capitalizam energia e iniciativas locais. É ainda uma abordagem criativa para um problema intratável.

Desta forma, os novos objetivos do CAPROM são os seguintes:

a) assessorar e apoiar movimentos, entidades da sociedade civil (e poderes públicos) em temas: urbanos, habitacionais, organização comunitária e de gestão democrática da cidade;

b) apoiar e estimular a unificação das lutas e dos movimentos sociais em torno da reforma urbana;

c) incentivar e apoiar a criação de fóruns de discussão acerca da reforma urbana nos municípios e no âmbito estadual;

d) realizar pesquisa sobre temas de política urbana, habitacional, organizações comunitárias e gestão democrática da cidade e de auto organização da sociedade civil;

e) dar apoio e incentivo a projetos voltados à gestão democrática da cidade e de auto-organização da sociedade civil;

f) promover cursos, seminários e encontros e realizar publicações relativas a temas urbanos de participação popular na gestão e

g) defender o patrimônio histórico, urbanístico, paisagístico, ambiental, fazendo uso dos meios legais cabíveis.

Um dos projetos discutidos no final do ano de 1992 e que talvez se realize em 1993, é sobre a história ou memória do MST, cujo produto final seria um documentário elaborado com a ajuda de um profissional do museu antropológico da Universidade Federal de Santa Catarina (o qual fez o vídeo sobre a vida de Franklin Cascaes). Esse trabalho seria um modelo para o documentário, onde cada comunidade contaria sua história, sem dúvida um trabalho de profunda riqueza.

## CAPÍTULO IV

### 4 - PERFIL IDEOLÓGICO DO GRUPO DE ASSESSORES DO CAPROM

Neste capítulo se pretende examinar o papel ou perfil ideológico dos mediadores (assessoria do CAPROM), quanto sua atuação social e política junto ao Movimento Sem Teto. O enfoque decorre da análise dos discursos elaborados acerca do envolvimento tanto individual como coletivo dessa relação.

As várias orientações ou pluralidade de orientações demonstram que a própria realidade apresenta ambigüidade, sendo complexa e plural. Desta forma, as múltiplas facetas referentes a esta realidade, caracterizam pensá-la como mais rica e criativa que a própria teoria. Os atores se apresentam como portadores de aspectos das mais diversas matrizes teóricas e, nesse ponto, a visão da sociedade ou mudança social, é essencial para esse entendimento.



A partir desse pressuposto, destacamos a relevância da articulação dos mediadores e os movimentos populares, quanto à análise acerca de suas concepções ideológicas, refletidas em sua ação e contribuição no processo de construção de uma sociedade democrática. Isso implica repensar sua postura muitas vezes contraditória internamente, ampliando para além de si mesmo suas percepções. Esse encaminhamento requer também repensar suas lutas de uma forma em que suas decisões e ações possam ser constituídas coletiva e democraticamente, sem por isso anular as diferenças e a pluralidade de posições.

#### 4.1 - Algumas considerações teóricas

O termo ideologia apareceu no começo do século XIX. Conforme BIROU (1982:196), a palavra primeiro significou etimologicamente a ciência das idéias. Atualmente é utilizado numa perspectiva da sociologia política, que designa um "conjunto mais ou menos coerente de idéias e de crenças que influenciam os grupos ou que legitimam as respectivas formas de ação na sociedade". Para certos autores, a ideologia seria o conjunto ou o sistema de idéias e representações que correspondem às principais preocupações e centros de interesse de um determinado grupo de indivíduos. Entre esses autores, JEAN-PAUL SARTRE acrescenta que os fatos sociais decorrentes de um pensamento sintético são produzidos em nós e, por sua vez, esses fatos são

organizados na unidade mais ou menos rigorosa de uma mesma visão. Já para outros, ideologia baseando-se na situação atual, constitui um conjunto de concepções, ou melhor, a representação de uma ordem que ultrapassa, transcende e por vezes contesta essa situação presente. Portanto, pode-se pensar uma ideologia que procura transformar a ordem existente, pretendendo valorizar formas de existência consideradas melhores, isto é, representações de uma ordem do mundo diferente das existentes.

Uma concepção bastante conhecida nas Ciências Sociais é a visão clássica da doutrina da ideologia de Marx e Engels, os quais na "ideologia alemã" ressaltaram a vinculação entre as idéias e determinados interesses de classe que predominaram numa determinada sociedade (...). As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, as relações que fazem de determinada classe a classe dominante, são também as que concedem o papel dominante e suas idéias"<sup>1</sup> (MARX E ENGELS apud VASQUES (1977:300)).

CHAUI (1990:15) menciona que o sentido forte do termo "ideologia" sugere que a mesma só pode efetivar-se totalmente nas

---

<sup>1</sup> "A consciência que pretende interpretar a realidade é uma consciência interessada. Seus produtos levam a marca de certo interesse de classe que contribui para ampliar ou estreitar seu próprio campo ou para colocar em primeiro plano determinados problemas e deixar outros na sombra (VASQUEZ, 1977:300).

sociedades históricas, ou seja, naquelas sociedades para as quais a questão de sua origem ou de sua instituição é não só um problema teórico, mas sobretudo uma exigência prática renovada. Esse entendimento reflete que a sociedade propriamente histórica não pára de recriar internamente sua diferença consigo mesma, isto quer dizer que a sociedade histórica é produtora de sua alteridade (...) é aquela que não pode, senão sob a forma de violência e da máscara, repousar numa identidade fixa, onde se reconheceria a si mesma. Justamente por isso, nessa sociedade o fenômeno da ideologia ganha sentido concreto".

A compreensão deste sentido forte da ideologia e sendo intrínseca às sociedades históricas, partes da noção de que os sujeitos sociais e políticos deixam de contar com a proteção de um saber e de um poder anteriores e exteriores à sua prática, ou seja, capazes de legitimar a existência de certas formas de dominação. Os sujeitos possuem representações amarradas no aparecer social e essas são determinadas pela separação entre pensamento e trabalho.

Neste sentido, irão formar "o pano de fundo sobre o qual pensarão a si mesmos, às instituições, às relações de poder, à vida cultural, à sociedade e à política no seu todo. É elaborado um discurso que partindo do discurso político (o discurso da política) se transforma num discurso impessoal sobre

a sociedade e sobre a política". O primeiro momento na elaboração da ideologia, diz a autora, "é a passagem do discurso de para o discurso sobre" (CHAUI, 1990:19).

Neste primeiro momento, portanto, pode-se dizer que a ideologia faz com que as idéias (as representações sobre o homem, a nação, o saber, o poder, o progresso, etc.) expliquem as relações sociais e políticas, tornando improvável que estas mesmas idéias sejam compreendidas pela própria forma da sociedade e da política. Conforme a autora, o terreno da ideologia é o terreno do imaginário, descartando o sentido da fantasia ou irreabilidade, formando um "conjunto coerente e sistemático de imagens e representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta"<sup>2</sup> (CHAUI, 1990:idem).

Partindo desta interpretação, o conceito de ideologia tem sido ligado a uma dimensão do imaginário. Na "ideologia alemã", MARX compara a operação da ideologia com os trabalhos de uma câmara obscura, que apresenta a realidade através do significado de uma imagem invertida da vida. THOMPSON (1982:659) enfatiza que a união entre ideologia e o imaginário tem geralmente sido submetida a uma oposição entre a realidade e

---

<sup>2</sup> CHAUI coloca que o aparecer social é tomado como ser do social. Esse aparecer não é uma aparência "no sentido de que será falso, mas é uma aparência no sentido de que é a maneira pela qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, como se manifesta para os homens" (CHAUI, 1990:19).

idéias, "ideologia e imaginário situam-se junto às idéias, constituindo uma espécie de meio etéreo, escondendo a dura realidade da produção material". Desta forma, sem sombra de dúvida, alguns escritos de MARX, com suas sobretotalidades positivas e naturalistas, contribuíram para tendências posteriores.

Em anos recentes, alguns autores têm tentado repensar sobre a problemática da ideologia e do imaginário e, ao mesmo tempo, livrá-la dos limites do materialismo. Um desses autores, THOMPSON, refletindo sobre o assunto, resgata contribuições de dois autores, CASTORIADIS e LEFORT.

THOMPSON aborda a interpretação de LEFORT através da relação entre a noção do imaginário social e fenômeno da ideologia. LEFORT, ao criticar a abordagem marxista como uma visão naturalística, diz que MARX formulou o problema da ideologia em termos que reduziu-a a um discurso da burguesia. E, para LEFORT, a ideologia não está ligada a uma classe particular, mas a divisão social que existe entre o dominante e o dominado. A divisão assume a forma de relações de parentesco, relações de classes ou a relação entre o Estado e Sociedade Civil<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> MARX traçou a divisão social através de "fatos irracionais da evolução, portanto, faltando ver que a divisão intervém essencialmente com o pensamento da divisão que está no simbólico. A divisão social necessariamente, não pode ser confundida com a distribuição empírica de seres humanos no processo de produção" (THOMPSON, 1982:666)

O discurso ideológico para LEFORT necessita constantemente de "diversidade, além de deslocar suas referências — para passado e futuro, para ciência e ética — sustentar seus assuntos para justificar a ordem estabelecida" (THOMPSON, 1982:667). Para CASTORIADIS, a ideologia aparece justificando racionalmente os objetivos de um grupo ou classe, tanto na conservação de coisas existentes quanto na sua modificação. CASTORIADIS coloca que a ideologia se diferencia do imaginário no que ele é visto como um centro ou núcleo criativo da história social e mundo psíquicos, como elemento que cria ex-nihilo às figuras e formas, traduzindo 'este mundo' e 'o que é possível'" (THOMPSON, 1982:673).

Na concepção de LEFORT, o fenômeno da ideologia surge com um tipo de discurso submetido a uma ordem específica do imaginário. Um tipo de discurso que, não distante, sustenta legitimidade, "um domínio transcendente, um domínio de Deuses, espíritos ou figuras míticas", discurso este instituído no próprio social e que esconde a divisão social e temporalidade sem atrair para o "outro mundo". Há, portanto, uma relação singular entre ideologia e "sociedade histórica". Assim, ideologia da maneira que apresenta o autor "é a ligação junto às representações que tem a função de reestabelecer a dimensão da sociedade 'sem história' no centro da sociedade histórica" (THOMPSON, 1982:666).

O resgate que THOMPSON faz acerca da ideologia em LEFORT e que é vista como um tipo específico de discurso, que é instituído num tempo particular, consiste em investigar diferentemente o conceito de ideologia. Para THOMPSON, a ideologia numa visão mais geral está ligada não a um tipo particular de discurso para um tipo de sociedade, mas os caminhos no qual a linguagem é usada para sustentar um sistema de dominação. A ideologia necessita incorporar o que poderá ser chamado de "dimensão transcendente", mas somente a partir desse significado é que a ideologia poderá ser útil para dissimular o sistema de dominação e dotar o sinal de legitimidade de que ela se esconde.

THOMPSON, principalmente sobre as questões da ideologia e o imaginário, abordadas no trabalho de LEFORT e CASTORIADIS, não diminui sua originalidade, mas diz que tem que ser distinguida a pluralidade de significados sobre o imaginário. E que a questão do discurso dissimulado, essencialmente em CASTORIADIS, permanece abstrato, na medida em que o sentido das divisões específicas entre classes, raças e sexos se escondem distantemente<sup>4</sup>. Isso não quer dizer que o autor anula a noção de dissimulação, acha que deve ser preservada. Todavia, atenuando com alguns significados da concepção do imaginário. Mas ele

---

<sup>4</sup> THOMPSON, diz que "historicamente relações específicas de dominação podem ser sustentadas pela interação dissimulada do significado e poder" (THOMPSON, 1982:675).

admite e se pergunta como isso poderá ser feito deixando para trás a forma reducionista do materialismo de MARX.

— Outro autor também importante, ERNESTO LACLAU, recorre a questões sobre a ideologia, colocando problemas centrais na teoria contemporânea marxista sobre o tema. O autor aponta esses problemas no centro de um paradoxo teórico, visto a partir dos seguintes tópicos:

a) Em nenhum período anterior se refletiu sobre a ideologia fora das abordagens marxistas, ao mesmo tempo que em nenhum período têm-se tornado tão obscuros e problemáticos os limites e a identidade do "ideológico".

b) Também (deve-se mencionar) a questão da efetividade histórica atribuída, no que era considerado tradicionalmente o domínio das super-estruturas. Esta dimensão aparece como resposta da crise das concepções marxistas do economicismo e reducionismo. Além de muitas crises, se coloca questões da totalidade social sobre a distinção da base superestrutural.

Dentro da tradição marxista, o autor identifica duas abordagens clássicas do problema, muitas vezes estas abordagens têm sido combinadas, mas nem sempre. Uma delas considera ideologia como o pensamento que pode ser um nível da totalidade



do social e a outra como "falsa consciência". LACLAU menciona que, para que se tenha idéia do impasse e problemas que têm conduzido a teoria da ideologia, onde as duas abordagens foram enterradas em uma visão essencialista (sociedade e função humana), é necessário estudar as crises desta concepção sob duas variantes.

O autor coloca que toda abordagem holística tem sido para fixar significado de algum elemento ou processo social externo a ele mesmo. Deste modo, parte da não fixação de identidades em um sistema, no qual o social necessita ser identificado com o jogo infinito das diferenças (chamado de discurso). Isto significa que o social não é só o jogo infinito de diferenças, mas a tentativa de limitar este jogo, domesticando a infinitude para abraçá-la com a finitude de uma ordem. O estável e precário sobre o agir social é uma tentativa de homogeneizá-lo. O problema da totalidade da sociedade para LACLAU não faz desaparecer seus limites, sendo que cada formação social determina sua própria forma e sua "autonomia relativa", instituídas sempre por "um processo de sobre-determinação". E por essa razão não pode ser estabelecido a priori (LACLAU, 1990:91).

A segunda abordagem sobre ideologia analisada pelo autor como "falsa consciência", só faz sentido se a identidade do agente social for fixada. Isso implica numa identidade positiva e

não contraditória e explica o despotismo de intelectuais e burocratas que falaram em nomes das massas, impondo formas de controle totalizadoras. Também o questionamento das identidades dos agentes sociais, quando o fluxo das diferenças nas sociedades avançadas indicaram identidade como articulação instável de constantes mudanças de posicionamentos, desmistificando identidade centralizada ou homogênea.

Essa questão talvez fique melhor esclarecida em seu outro trabalho chamado "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social", em que LACLAU tem como preocupação contribuir nos vários debates contemporâneos, através de alguns esclarecimentos sobre os "Novos Movimentos Sociais" na América Latina. O significado de algumas categorias teóricas abordadas pelo autor nos ajudaram também na análise epistemológica dos discursos construídos na nossa investigação.

LACLAU (1986:41) inicia a discussão em seu artigo, utilizando como questão norteadora os aspectos que constituem o "novo nos movimentos sociais"<sup>5</sup>. Para isso elabora um novo paradigma a partir da crítica à teoria tradicional nas Ciências Sociais, rompendo desta forma com a unidade de três categorias principais desta teoria:

---

<sup>5</sup> Hoje quando se fala em novo, de maneira geral, denota uma certa fragilidade, porque assim como surgiu, logo em seguida desaparece.

a) identidade dos agentes, classificada através de categorias a priori;

b) o tipo de conflito determinado segundo um "esquema diacrônico-evolucionário, movimento subjacente da história";

c) pluralidade de espaços do conflito social reduzidos a um "espaço político unificado".

As lutas eram formuladas a partir de categorias pré-estabelecidas, tais como: classes, grupos, etc. O agente social passava a ser designado anteriormente como referência e, portanto, se estabelecia a priori um princípio que conduzia a unidade entre as "várias posições do agente". Segundo o autor, essa possibilidade torna-se cada vez mais impossível nos resultados políticos complexos, até porque, atualmente (...) "o grupo concebido como referente não é permanente num sistema ordenado e coerente de posições de sujeitos". Portanto, conclui-se que as posições dos sujeitos para efeito de análise, não decorre apenas das relações de produção, assim, o "tipo de articulação entre as várias posições se torna cada vez mais indeterminado" (LACLAU, 1986:42).

As categorias classificadas "classe trabalhadora", "pequeno burguês", etc., acabam tendo um campo reduzido como

forma de entendimento global dos agentes sociais. Do ponto de vista metodológico, LACLAU analisa as categorias de classe dependendo de cada momento sucessivo na história das sociedades. Critica o mito do "euro-centrismo", no qual a universalização da referida análise se baseou para as sociedades do terceiro mundo. Em CASTORIADIS algo similar se apresenta na sua noção sobre a unidade da história, o "sócio-centrismo". Diz CASTORIADIS: "ter uma experiência da história, enquanto ser histórico, é ser na e da sociedade (...) pensar necessariamente a história em função das categorias de sua época e de sua sociedade - categorias que são produto da evolução histórica" (CASTORIADIS, 1982:47).

CASTORIADIS enfatiza que não se trata de uma crítica a MARX, mas ao conhecimento real da história, quando diz que o autor não superou o "sócio-centrismo" ("o fato de que cada sociedade se coloca como o centro do mundo olhando todos os outros de seu próprio ponto de vista")<sup>6</sup>. Uma característica que contém convergência entre LACLAU e CASTORIADIS se refere à crítica da "astúcia da razão" em HEGEL. Este pressuposto se torna relevante na medida que rejeitam a visão racionalista do social. LACLAU coloca que a sociedade enquanto racional e inteligível

---

<sup>6</sup> CASTORIADIS diz que, "o que podemos chamar a verdade de cada sociedade é na verdade na história, para ela mesma e igualmente para todas as outras, pois o paradoxo consiste em que cada civilização e cada época (...) consegue evocar e revelar significações novas naquelas que a precedem ou a cercam (...) nunca verei nada de todos os lugares possíveis ao mesmo tempo; cada vez que vejo, vejo de um determinado lugar, vejo um "aspecto", e vejo numa perspectiva" (CASTORIADIS, 1982, 481).

torna-se impossível, pois não é possível deixar de ver a pluralidade e instabilidade presentes no social. Da mesma maneira, CASTORIADIS se prende ao fato de que o social (ou histórico) contém o não causal, num comportamento criador a partir de uma nova regra (dos indivíduos, dos grupos, das classes ou das sociedades inteiras).

Portanto, a história não pode ser pensada segundo o esquema determinista, sendo ela domínio da criação. Neste sentido, LACLAU complementa "(...) a história é a criação contingente e não o progressivo desapego de uma essência pré-determinada desde o começo (...) nada nos está absolutamente garantido (...) e que a falta de garantias implica que só a luta decidirá o futuro". (LACLAU, 1987:24). Sugere que a história não pode ser apreendida como totalidade.

A partir do conceito de "posições diferenciadas de sujeito" em LACLAU, consideramos que nos revelam expressões políticas e sociais que expressam a identidade dos indivíduos de forma entrecruzada com suas diferentes experiências. Ao romper com a categoria de sujeito enquanto "unidade racional e transparente, argumenta que não existe o ser essência, e sim, o discurso. A psicanálise demonstra que longe da personalidade organizar-se em torno da "transparência de um ego", esta se

estrutura em vários níveis fora da conscientização e da racionalidade dos agentes.

Portanto, o indivíduo não é mais aquele de concepção liberal dotado de livre arbítrio. Em LACLAU, o sujeito aparece como pluralidade, fundamentando a inversão da noção clássica de subjetividade nas ciências sociais, através do descentramento do sujeito. Desta forma, "ao invés de encarar o sujeito como fonte que fornecia um significado ao mundo, vemos cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura ou conjunto de posições diferenciais, e damos o nome de discurso. Não há nenhuma relação prévia necessária entre os discursos que formam o trabalhador, por exemplo, enquanto militante ou agente técnico no local de trabalho, e os discursos que determinam sua atitude com relação à política, à violência racial, ao sexismo e outras esferas nas quais o agente seja ativo". (LACLAU, 1986:43).

Desse modo, os autores rejeitam a concepção de indivíduo social e político como entidade homogeneizada e unificada. LACLAU aborda o sujeito como plural na constituição de várias formações discursivas e, por outro lado, CASTORIADIS evoca esta atividade do sujeito que trabalha sobre si mesmo e encontra a multidão dos conteúdos (o discurso do outro), com o qual esta atividade nunca terminou de se haver. Assim, se contrapõe à idéia de um ser ontológico, um ser de determinância, ou seja, a

história deve ser compreendida a partir da (e na) complexidade das significações imaginárias sociais.

A noção de sujeito desenvolvida por LACLAU, como um agente descentralizado, nos orienta teoricamente para o entendimento das peculiaridades do "novos movimentos sociais" e isto nos garante pensar contextos específicos. Mesmo porque, o autor relaciona as conexões variáveis das diferentes formas específicas, sem garantir a priori a centralidade de nenhuma delas, estabelecendo entre as várias posições de sujeito uma relação contingente e sem pré-determinação, o que faz com que haja uma articulação.

No entanto, segundo o autor, estas práticas articulatórias a partir das posições dos sujeitos, que se organizam numa estrutura discursiva instável, têm que garantir a autenticidade do discurso, para não caírem numa posição unificada. Caso não seja levada em consideração a especificidade do sujeito, não haverá possibilidade de espaço para a prática articulatória, pois a realidade social não é fechada e as posições de sujeito sempre denotam um certo grau de abertura e ambigüidade.

EDER SADER em seu trabalho "Quando Novos Personagens Entraram em Cena", analisa a história da formação e

desenvolvimento dos movimentos populares, ocorridos em São Paulo durante a década de 70. Para o autor, estes movimentos tiveram como característica básica colocar os trabalhadores e moradores (as classes populares) na cena política brasileira como novos personagens, a partir de suas lutas no cotidiano. O autor apresenta esses movimentos em "novos espaços políticos, reelaborando temas da experiência cotidiana". (SADER, 1988:18).

Quanto à questão metodológica, utiliza em sua análise a constituição das "matrizes discursivas", através das quais os movimentos sociais reelaboram suas representações sobre experiências vividas. Essas matrizes discursivas correspondem aos modos de abordar a realidade, onde surgem "diversas atribuições de significado". É através da análise das matrizes que existe, para autor, a possibilidade de captar a multiplicidade de discursos que aparece no conjunto de significações pelos quais os sujeitos, através das lutas sociais, reelaboram "suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos". (SADER, 1988:142, 143).

De acordo com o autor, existem na sociedade "agências sociais" que constituem as matrizes discursivas pelas quais os movimentos sociais elaboram os "novos significados". SADER elege três matrizes que têm origens na crise de três instituições "que abrem espaços para novas elaborações" (SADER, 1988:14). Da crise



da Igreja Católica, a que começa a perder seus cristãos e que passa pela "perda de influência junto ao povo", surgem as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a "matriz da teologia da libertação" que emerge nas comunidades da Igreja. Da crise dos grupos de esquerda, surge o questionamento e reavaliação da "matriz marxista", através dos grupos de educação popular, voltados à "auto crítica" de seus educandos. E da crise da estrutura sindical, surge a "matriz do novo sindicalismo", na qual inovações fazem repensar os conflitos da esfera trabalhista, bem como os antagonismos que regem a sociedade de classes.

A partir desta revisão conceitual, destacamos elementos para análise a seguir. A constituição de sujeitos plurais, demonstra opções partidárias ideológicas diversificadas ou apontadas em uma direção, através da composição de "matrizes discursivas". A composição de sujeitos plurais mostra a complexidade do social (composto por vários segmentos, agrupamentos sociais e políticos, campos múltiplos de atuação e contradições), inter cruzando suas várias experiências.

A análise das "matrizes discursivas", que tipificam a trajetória das ONGs, considera as práticas discursivas e comportamentais enquanto orientações individuais ou grupais, mescladas por elementos em mais de uma das matrizes. Isso implica repensar através da abordagem teórica o entendimento, colocado

acerca dos discursos ideológicos não mais definidos por um tipo de classe ou apenas um espaço de conflito, mas ao contrário, predominam várias posições de sujeitos e a multiplicidade das várias formações discursivas numa sociedade pluralista.

#### 4.2 - A Influência da Igreja (progressista) ou da Teologia da Libertação na assessoria do CAPROM e Movimento Sem-Teto

Analisar o papel da Igreja nos movimentos urbanos nos parece, de início, problemático. Essa interferência, muitas vezes, gera práticas que demonstram certa vitalidade e outras vezes uma crítica dos próprios movimentos ao caráter centralizador assim como práticas paternalistas. Mas parece ser essa a trajetória permeada pela prática cristã, ou melhor, pelas pastorais apoiadas num princípio orientador da "Teologia da Libertação", sobretudo a teologia latino americana, após o Concílio Vaticano II, chamado a dar uma resposta aos desafios concretos da história humana no contexto em que se desenvolvem.

A Teologia da Libertação como comenta WARREN (1993:32,33), tem indicado raízes distintas. "Ela nasce e se desenvolve enquanto expressão de problemas da realidade social latino americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária". A autora enfatiza, que na América Latina a "Teologia da Libertação é construída a

partir de princípios básicos", apesar de apresentarem diversidades em suas realizações regionais e "mediações variadas". Mas em geral, se desenvolvem por alguns princípios básicos quais sejam:

a) Como a filosofia em geral, a teologia também tem uma "dimensão histórica", isto quer dizer que existe um compromisso com a realidade histórica presente no qual a igreja executa sua missão. Portanto, este compromisso sugere uma avaliação de condições de existência em que vivem milhões de latino-americanos. Essa situação se expressa na submissão através de formas de opressão, miséria e falta de cidadania. Neste sentido, o objetivo final desta teologia é buscar mecanismos que possibilitem a libertação das múltiplas formas de opressão, organizando-se em torno de um princípio orientador: "opção pelo pobre".

b) Um outro elemento essencial é de que o homem deve ser sujeito responsável em relação ao seu destino pessoal e sua história, o que é conseguido através de seu engajamento nos Movimentos Sociais<sup>7</sup>.

WARREN, (1993:34), coloca que os princípios utópicos gerais da teologia da libertação, "expressam-se como

---

<sup>7</sup> Ver sobre o assunto, WARREN, Ilse Scherer. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS. São Paulo/Rio, Ed. Loyola/Centro João XXIII, 1993.

configurações históricas específicas, dependendo dos contextos estruturais, conjunturais e dos potenciais organizativos da sociedade civil nos diversos países e regiões latino-americanas".

As conclusões tiradas a partir do Concílio Vaticano II, criticam as injustiças sociais existentes em nome da doutrina católica do direito natural. Recomenda que seus membros se engajem, estimulando os dominados para que se organizem, reconhecendo e reclamando de sua própria dignidade. Partindo desse pensamento, a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, realizada na cidade de Medellín-Colômbia em 1968, foi programada para aplicar as diretrizes do Concílio ao Sub-continente, chamando a Igreja a estar mais presente e renovada na transformação da América Latina. Mais tarde, na III Conferência do Episcopado em 1979, em Puebla-México, reafirmou-se o comprometimento da Igreja com o povo oprimido da América Latina. Mais recentemente, a IV Conferência do Episcopado Latino Americano de 1992, em Santo Domingo-Caribe, novamente reavalia e reafirma a relevância de sua pastoral social.

A trajetória das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), principalmente nos anos 70 e início de 80, tiveram grande impacto de atuação no campo social e político, ligadas a uma fé libertadora, promovidas dentro do discurso progressista da Igreja. Tornaram-se núcleos polarizadores e ativos,

possibilitando fator de grande importância no processo de libertação dos pobres, enquanto gerador de uma nova consciência das camadas populares, convivendo com várias concepções e interesses num período de ditadura militar.

Entretanto, nesses últimos anos, o contexto conjuntural latino americano e mesmo internacional sofreu grandes transformações, repercutindo, desta forma, sobre o caminho dessas comunidades, essencialmente no que se refere a transformações econômicas e políticas no Leste Europeu e, sobretudo, com o esgotamento do modelo socialista burocrático e o crescente fascínio do modelo capitalista ocidental.

Sobre a gênese das CEBs é difícil precisar com exatidão o período, porém alguns estudos remontam na década de 60 a origem dessas experiências, como outros em torno de 64. Todavia, tem-se como afirmação que foi a partir do Concílio Vaticano II, e no contexto amplo do movimento popular que sacudiu o Brasil na década de 60, que a "experiência ganhou foro de cidadania" (TEIXEIRA, 14,19). Foi partindo de percepções tais como troca, afetividade, reconhecimento, convivência, sociabilidade e solidariedade, fatores esses como base fundamental na emergência da consciência crítica, que desdobraram as práticas dessas entidades. Os novos desafios, entretanto, colocados a essas entidades, frente à complexidade da conjuntura política nacional

nos anos 90 e da situação do "refluxo eclesial", se encontram em processo de avaliação pastoral na "caminhada das comunidades".

Momento este caracterizado conforme TEIXEIRA (199:23 e 28), "pela diminuição das certezas e aumento das indagações". Neste sentido, um novo desafio está em evidência: o processo de criação e recriação permanente", onde a "própria história das CEBs é uma história aberta e não cristalizada". Atualmente o tempo é de uma nova sensibilidade dos caminhos do real. E o novo desafio para as CEBs, acerca de suas experiências, é encontrar uma solução dialética para o encontro de dois universos quais sejam: o racionalismo pastoral e sua tensão com o "universo simbólico popular", onde, de um lado tem-se uma "cultura reflexiva" assimilada pelas CEBs, e por outro o "universo popular", permeado pela "dimensão simbólica, afetiva e celebrativa". Para TEIXEIRA, trata-se de descobrir uma "nova cultura crítico-simbólico popular".

Retornando ao assunto sobre essa igreja, vista sobre "a opção preferencial pelos pobres", anunciada em Medellin e discutindo a religião do pobre, permanece o problema em termos de linguagem e mecanismos de adaptação, ajustamento entre a mensagem que se proclama salvadora e o comportamento religioso do pobre. E é nessa igreja e na sociedade como um todo que esses agentes pedem propostas de transformação. No nosso objeto de pesquisa,

(assessoria do CAPROM), essa influência se faz presente, como nos coloca uma assessora do CAPROM:

"Tem igreja e igreja; como um todo a igreja é super antiga (tradicional), agora dentro dessa igreja tem algumas pessoas que têm uma proposta de transformação, de renovação da sociedade e nisso a gente pode contar com elas. A gente tem uma limitação grande, nós sabemos que nossa aliada não é a igreja como um todo, mas em seu interior que é muito grande e que está do lado do Estado, têm pessoas super fortes que nos apóiam e que possuem uma visão de mudar realmente, que dão a vida por essa transformação".

Aqui aparece a figura de dois principais líderes religiosos que iniciaram e colocaram, de certa forma, a presença da igreja progressista através da "matriz da teologia da libertação", no Movimento dos Sem Teto, conforme depoimento de um assessor:

"(...) a igreja já esteve mais presente a nível de discussão, acho que a presença da igreja progressista é representada por duas pessoas que abriram esse caminho, não só estas duas, mas essas duas ligadas à igreja advinda da teologia da libertação foram de fundamental importância no início do movimento. A igreja está junto com o CAPROM porque tem muitas pessoas ligadas a ela. Tem uma grande influência, principalmente nas comunidades, é muito forte. No movimento Sem Teto está muito mais presente ainda do que no CAPROM, esta força, esta espiritualidade, até porque as pessoas têm uma vida sofrida e necessitam de uma força. A igreja, por exemplo, uma congregação das maristas, está muito presente nas comunidades".

Verifica-se que com respeito à atuação dos agentes pastorais e assessores no geral, ao buscarem educar o povo,

surgem problemas relacionados entre a teoria e prática. Ao que tudo indica, parece que, às vezes, o trabalhador se recusa em participar de reuniões, onde se vai discutir teoria. Mas essa resistência não é contra a teoria, todavia é contra os teóricos que falam uma linguagem hermética ininteligível, contra conceitos e elaborações incompreensíveis ou formulações teóricas que o povo percebe não apresentar relação com a vida cotidiana. Porém sentem necessidade de reivindicar o conhecimento da realidade e, claro, por influência dos agentes, é colocada a possibilidade de reflexão teórica conjugada pelo método ver-julgar-agir, que atuava nos meios agrários, estudantis, operários, universitários, através de movimentos de juventude e de adultos de ação católica (alguns já foram extintos e outros continuam em atuação). Esse método se inicia com o ver que está implícito na percepção da realidade, ganhando profundidade com os movimentos. O julgar centrado em reflexões teológicas e doutrinárias da igreja, com o tempo também começou a utilizar reflexões de outros ramos do conhecimento. O agir seria a integração desses dois momentos. Com certeza o avanço teórico e prático é mais eficiente nos setores onde a prática do agir se torna concretizante.

No agir é feita avaliações sobre outras experiências e sobre reflexões mais sistemáticas, normalmente elaboradas por assessores e agentes, sempre visando a prática futura. Em comunidades que possuem uma maior experiência, as pessoas dessa



comunidade sentem necessidade de uma visão mais abrangente, uma análise conjuntural. Neste sentido, um instrumento que se utiliza na interpretação da análise conjuntural é denominado pelos agentes de "instrumental dialético", com o objetivo de aprofundamento. Com respeito a atuação dos agentes pastorais e assessores em geral, ao buscarem educar o povo, caem no problema entre a teoria e prática colocado anteriormente. Conforme depoimento de um assessor do serviço social ligado ao CAPROM, observamos a falta de integração num grupo de assessoria específica que trabalha diretamente numa comunidade:

"A gente viu que precisava integrar a assessoria que trabalha dentro de uma área, que chamamos de assessoria específica, onde existe um trabalho específico numa comunidade. Esse grupo seria o serviço social, a teologia e as irmãs maristas. A diferença com as irmãs maristas e com a teologia é a forma de trabalhar, de encaminhar os problemas, porque elas usam por base mais ou menos as mesmas concepções. As maristas trabalham mais a questão da catequese com um grande grupo (das crianças e adultos) e o pessoal da teologia não trabalha com catequese, mas com concepções teológicas específicas. Então, quando a gente pensou em fazer constantes avaliações que seriam para integrar o trabalho numa mesma comunidade, notou-se que não aconteceu, pois cada um trabalha com uma teoria. E a comunidade chega num ponto que não sabe para que lado vai, ficam todos puxando cada um para um lado. A dificuldade não é só com relação às maristas, mas principalmente com elas, que trabalham muito com essa questão de base e às vezes acabam prejudicando o trabalho. O pessoal da teologia muitas vezes tenta passar para as pessoas da comunidade uma certa idolatria e, desta maneira, as pessoas, os moradores têm um desejo de serem iguais a estas pessoas e idolatram-nas. O pessoal das comunidades com isso, não percebem o que essas pessoas têm de limitações e possibilidades. Essas atitudes acabam prejudicando. Alguns da teologia até

percebem e tentam não interferir, mas mesmo assim existe muita idolatria.

Ainda sobre os agentes pastorais, alguns deles, no aspecto de condições sócio-econômicas, ou mesmo de sua atividade básica, moram e trabalham no local onde se desenvolvem os movimentos, nas comunidades. Outro enfoque que liga esta categoria de assessores é quanto ao grau de controle sobre o movimento popular à medida que se interpreta a tarefa de organizar e instruir a consciência dos pobres, tarefa muitas vezes até certo ponto paternalista, fazendo deste comportamento um cerco ao redor do movimento. Claro, sempre com exceções, até porque dentro da teologia da libertação há distinções. Mas quanto à entidade analisada, a assessoria em geral se reavalia em relação à postura de um agente pastoral ligado ao grupo, conforme ilustra o seguinte depoimento:

"Existe um mito em relação a essa agente pastoral por ser muito carismática. Mas esse mito é prejudicial na medida que muitas vezes é sustentado por ela, o que trás ausência de responsabilidade por parte das comunidades, método esse deseducador, pois não faz questionar (...) o que nos falta enquanto assessoria é formarmos outras lideranças, porque a referência acaba sempre caindo sobre esse assessor (...) claro, temos culpa nisso, elegemos alguns e centralizamos tudo neles, não formamos outros, temos que nos ater nesta formação".

O que se observou na nossa participação enquanto investigadora é que existe uma preocupação de quase toda a assessoria na desmistificação da imagem dessa pessoa, até porque

existe uma disputa de poder no grupo e isso é visível, principalmente dos que vêem o partido como solução, o que os isenta muitas vezes de uma auto-crítica. Sem generalizar para todas as comunidades, alguns percebem esse mito como problemático, mas muitos também têm uma imagem de adoração como se este agente fosse a resolução de todos os problemas.

Nas comunidades observou-se que é intenso os antagonismos entre cristãos e não-cristãos, sobre a participação e não participação da igreja. Os crentes da igreja evangélica tentam converter os católicos e ateus, dizendo que sua igreja é mais forte, que vão resolver seus problemas, com frases do tipo: Jesus vai te salvar, curar, etc. Outro problema colocado por assessores é quanto à submissão ao calendário tanto da igreja, quanto do partido (no caso aqui o PT), este depoimento confirma esta prática:

"Acho que a gente não deve submeter o calendário do movimento ou do CAPROM ao calendário da igreja e nem do partido. Hoje o que acontece é que se você marca um encontro com o movimento, ainda tem que consultar o calendário da igreja e do partido, não é certo isso, mas já foi muito mais forte".

#### 4.3 - Dilema sobre ação política partidária e dominação no trabalho das assessorias

As questões sobre fundamentos político-partidários nas assessorias dos movimentos populares, surgem como das mais polêmicas e controvertidas. Teoricamente os grupos não assumem seu engajamento, negando o caráter político de suas atuações, apesar da maioria possuir intensas características de engajamento político-partidário. A ação política partidária das assessorias são dados reveladores quanto a aspectos da dinâmica dos movimentos sociais populares. Todavia, como diz GOHN (1990:15) (...) "os próprios interesses políticos, contidos nesta questão, não têm permitido que eles se apresentem na aparência dos fenômenos. Também algumas análises sobre os movimentos populares têm omitido esta questão".

Um elemento determinante referente a esta problemática e que contribui para compreender o trabalho das assessorias é o resgate de suas ações, seus discursos e suas representações, que carregam características sensitivas e ideológicas. Isto implica considerar seus ritmos, tempos, espaços e ideologias diferenciadas que se confrontam e entrechocam no próprio funcionamento da sociedade civil e sociedade política. Um dos exemplos percebidos é que as assessorias têm se constituído em uma etapa de ascensão política de vários candidatos

(principalmente a nível de municípios), assinalando o próprio carácter político partidário deste trabalho. A vinculação partidária é um dos pontos visíveis entre os grupos de assessorias estudados, principalmente com o partido dos trabalhadores, como informa GOHN (1990:20) em sua pesquisa.

Quanto à participação política, os entrevistados expressaram que existe a necessidade de reinventar novos tipos de experiências, que atendam melhor a dinâmica dos movimentos sociais. Destaca-se uma observação de que o apoio político, partidário muitas vezes possui propostas externas de atuação, conforme programa do partido ou da facção política dentro dos princípios básicos do partido a que pertencem. Partindo da experiência dos assessores do CAPROM, observa-se que o trabalho voluntário da assessoria geralmente acontece à noite ou nos finais de semana, sendo que o trabalho profissional de alguns assessores, ou trabalho de militância na direção do partido (neste caso o PT), ocorre principalmente em outros espaços e horários.

"Eu também sou petista, só que eu não acredito que o PT tenha que interferir na caminhada do movimento e não acredito que o movimento Sem Teto seja a base para o PT. Acho que o CAPROM deve ser uma entidade que deve estar, ou melhor não deve dar linha ao movimento, agora o movimento deve estar participando e dando os rumos do CAPROM, porque é uma entidade a serviço. A participação da assessoria ao movimento deve ser um processo de conscientização para que o movimento consiga ter claro o que quer, ter sua autonomia e busque

a participação sem reservas, sem medo, com autonomia".

Existe uma discordância muito grande no grupo sobre este ponto, inclusive há pessoas que acham que o processo de conscientização é 100% válido e vitorioso quando todas as pessoas do movimento estiverem filiadas ao partido (PT) e não aos partidos. Desta forma, aparece nitidamente nesta entrevista, esse tipo de preocupação:

"Discordo de que o processo de conscientização deve chegar ao auge da filiação do partido. Isso para mim está errado, quem disse que o partido é o único canal? Já conseguimos várias conquistas aqui em Florianópolis que o partido não foi o canal, que foi uma articulação de movimentos sem apoio inclusive partidário e foi vitorioso. Acho que nem todo mundo precisa ser filiado, se filia se quiser, o que tem que existir é uma luta de não submissão, nem à igreja, nem ao partido, nem à entidade, mas que possa ter uma outra organização".

Essa relação se mostra muito complicada na medida que a nível macro, a nível de Estado, os movimentos sociais, principalmente os populares, foram também utilizados como trampolim para promoções políticas, sejam políticas partidárias, sejam políticas governamentais. Relação esta que a princípio é contestada pela sua ação nos movimentos populares como um tipo de populismo de esquerda, de adestramento de esquerda. Não se considera que os movimentos populares possam ter uma função na sociedade que muitas coisas os partidos não resolvem. Essa ação acontece em especial nos momentos de eleições quando partidos

tiram lideranças dos movimentos para se candidatarem, atuarem como assessores nas prefeituras ou governo do Estado, etc. Esse problema é mencionado nos discursos dos assessores como uma maneira de fragilizar o movimento. Em uma fala de uma assessora, fica visível a visão de que a comunidade tem sobre esta relação com a política partidária. A sua interpretação é conclusiva pela própria vivência com os moradores, onde é percebida a prática de cooptação também pelos partidos de esquerda:

"São tantos os partidos, tantas propostas, tantas ideologias que a gente acaba se perdendo! Apesar de muitos pontos que acabo não concordando acho que o PT ainda é o único partido que tem uma utopia, um sonho possível. Claro que procuro não mostrar isso nas comunidades, porque já existe muito preconceito sim, têm pessoas que utilizam a comunidade em favorecimento próprio e o PT também faz isso. Eu acompanhei algumas discussões nas comunidades, depois resolvi não ir mais porque o PT ou petistas também tentam cooptar. E percebi que isso estava prejudicando muito, a gente não estava conseguindo chegar nas pessoas porque elas tinham ou diziam que sabiam que tinha algum interesse político. Inclusive, tivemos um problema sério na comunidade antes desta última eleição. Uma senhora colocou toda sua revólver com relação às pessoas que trabalhavam nas comunidades. Foi até uma coisa boa, caiu o véu, pois ela chegou num ponto que não agüentou".

Aqui resgatamos uma outra fala de uma moradora que participa das reuniões do movimento:

"Acho que muitas vezes nas negociações, o CAPROM decide pelas comunidades, as comunidades precisam acostumar-se a falar por si só, assumir, decidir e não ter sempre os representantes (assessoria). A assessoria não deve ser assistencialista (...) o comentário de algumas pessoas é que as reuniões do CAPROM são reuniões do PT".

A perspectiva de resgate da autonomia dos movimentos e da atuação de partidos políticos em seu interior, passa acima de tudo pela negação de práticas de exploração nos seus vários aspectos, no discurso de um participante do movimento aparece esta preocupação:

"Tenho minhas críticas ao PT e a qualquer partido de esquerda, por eles não acreditarem na força, na organização do movimento popular, porque mesmo os de esquerda acabam se servindo do movimento para tirar lideranças. Isso acontece muito em tempos eleitorais ou em tempo de convenções do partido. Não acontece a constância do partido em fortalecer o movimento sem esta prática, mas o partido fica em função de si mesmo durante um período. Depois em vésperas de eleições acabam concentrando em busca de lideranças para campanha eleitoral ou em épocas de convenções para poder votar. Então é uma prática ainda de exploração em cima do movimento. Bom, quanto aos partidos de direita nem se fala, não enxergam nada, não vêm nada, só chegam em época de eleições para comprar votos".

Tem-se a impressão que nos planos de organização interna, há uma crise de identidade do grupo que tensiona permanentemente sua dinâmica. Muitas vezes essa tensão se tornava transparente nas reuniões e em outros momentos, mas foi a partir das entrevistas onde a maioria confirmou que existe confronto ideológico entre o grupo (e isto aparece muito em situações que se supervalorizam os elementos da prática imediata e se menosprezam os de ordem teórica e vice-versa). Quando fizemos as entrevistas notamos que no começo as pessoas ficavam meio



desconfiadas e acanhadas em falar sobre esse assunto, pois parecia ser o assunto mais constrangedor, na medida que estavam expondo suas fragilidades. Em seguida, parece que se tornava um assunto rotineiro e de extrema importância, uma maneira de vir a público como uma forma talvez de procurar ajuda externa ou apenas uma manifestação individual de sentimentos em relação ao grupo.

Alguns depoimentos estão aqui registrados:

"Há distinção na assessoria, como a visão de alguns que servem para o papel político-partidário. O partido hoje vê o movimento com importância estratégica e não tática".

"(...) existe centralização de informações por parte de alguns assessores e isto distancia o grupo".

"(...) o entrosamento não é muito bom entre o grupo, fiz um ideal das pessoas, deveria ter entrado com mais cautela para depois mergulhar, foi difícil enfrentar os confrontos. Um dos conflitos é que alguns tentam atrelar o movimento ao PT, isso faz perder autonomia como também a capacidade de crítica".

Ainda sobre as fragilidades do grupo e seus conflitos, como pesquisadora questioneei várias vezes se deveria deixar vir a público certos depoimentos, que de certa forma eram manifestados como frustrações em relação à assessoria e que afetavam emocionalmente suas individualidades. Optei por colocá-los, pois acho que o próprio avanço ou limite do movimento dependem também e principalmente de um processo interno democratizante que ao nosso ver parece não existir, no sentido de projetar uma ação coletiva democrática para todo o movimento. Em contato com um

membro do grupo que se encontrava afastado e totalmente frustrado em relação à assessoria e movimento, colocou-se os vários conflitos encontrados por ele nos anos que trabalhou como voluntário e pesquisador no CAPROM. Isso tudo afetou-o emocionalmente, recusando-se inclusive a dar entrevistas, pois achava que poderia prejudicar o movimento pelos avanços que obteve até então. Mas acabou falando sobre o centralismo e autoritarismo na assessoria, onde por exemplo existem pessoas no grupo que são extremamente partidárias, "que vêem o partido acima de tudo, negando-se a conversar qualquer tipo de problema a não ser coletivamente". Teve confronto com um líder comunitário que fazia parte do CAPROM, que mais tarde se voltou contra a assessoria, cometendo várias irregularidades contra o movimento, vendendo terrenos e sendo cooptado por outros partidos. Se manifestou contrária também às práticas de uma assessora que é muito carismática, e por isso toma atitudes dominadoras, pois as pessoas fazem tudo o que ela diz. Quanto ao trabalho feito pelas assessoras do serviço social, comenta que era uma tentativa de trabalhar o processo pedagógico (educativo), mas era também algumas vezes desarticulado por alguns. De um modo geral, comenta: "eles se preocupam muito em fazer um trabalho de base, de ativismo, de urgência e objetivos políticos partidários, enfim, pensam nos seus próprios interesses". Essa assessora ficou tão envolvida e abalada que acabou desistindo até de seu trabalho

acadêmico, pois fazia mestrado. Desistiu também de sua luta no movimento dos sem teto.

Isto tudo me fez pensar muito na questão da "militância". Eu mesma, muitas vezes considerada pela assessoria como também uma assessora, me deparei em certos momentos com esta situação, até em termos de substituição de uma linguagem acadêmica por uma linguagem popular, ou vice-versa. Essa relação é complicada na medida em que há necessidade como pesquisadora de tomar distância para se ter um olhar com mais criticidade, como também ter capacidade para analisar o objeto cientificamente. O que ocorreu com essa assessora, talvez tenha sido justamente deixar de lado seu objeto como pesquisadora e deixar envolver-se completamente na sua "militância". Foi curioso no início de nossa pesquisa, quando comecei a participar das reuniões da assessoria e do movimento sem teto. Fui tomada por um sentimento muito confuso: até onde eu poderia ir, o que dizer, enfim, até onde me posicionar, pois senti que o grupo tinha uma resistência relacionada à entrada de pessoas da Universidade em seu interior. Mas fui adiante porque senti necessidade como indivíduo e como investigadora, ajudar no que me fosse possível, para que o Movimento Sem-Teto e o CAPROM pudessem avançar em suas lutas.

Considerando, ainda, certas preocupações, observa -se que alguns assessores separam o CAPROM em três grupos distintos de assessoria:

"Acho que poderíamos falar praticamente de três grupos dentro do CAPROM, acho que tem um grupo que quer fazer realmente o movimento crescer, tornar-se autônomo, capacitar lideranças, ser independente. Tem um outro grupo que tem uma visão ainda do partido, que utiliza o movimento como base para passar suas propostas, para construir seu projeto político. E tem um outro grupo que fica meio jogado entre um e outro, não sabe muito bem o que está em jogo, não sabe muito bem para onde ir, sendo até uma coisa meio idealista, altruísta, não se define muito bem com relação ao movimento, a não ser que quer ajudar as pessoas mais pobres. Então, conforme os grupos há vários discursos. A metodologia também é distinta".

Verifica-se em outro depoimento uma tendência em distinguir o grupo da assessoria, a partir de outros critérios:

"Tem alguns companheiros que têm uma perspectiva de trabalho numa linha, se não consciente, mas inconsciente de apoio a valores carismático populista, como uma prática ainda de resquício de uma cultura assistencialista. Não enfrentam a polêmica, o adverso. Acho que na assessoria tem companheiros que tem esta relação que é uma coisa que tem que ser trabalhada urgentemente, porque vai se configurar em linha de ação ideológica diferenciada e métodos diferentes, etc. (...) Então, têm pessoas que vieram da igreja, pastoral popular, que trabalham nesta perspectiva. Ainda temos conflitos de entendimento entre dois grupos de assessores. E têm outros assessores que vieram da academia, ou melhor, da Universidade e que na realidade são agentes que muitas vezes caem de para-quedas e saem sem compromisso. Não são engajados, então existe muita confusão, valores diferentes, mas são também valores complementares".

Observamos na nossa investigação que o conflito interno se dá muito pelas posturas ideológicas e metodológicas que cada assessor tem acerca de sua visão do mundo. Constatamos nas reuniões, quando citam pessoas envolvidas com o partido, igreja e Universidade, estas atitudes. As divergências demonstram o próprio afastamento com a base do movimento, refletidas numa prática que faz limitar as lutas no corpo do Movimento Sem Teto. As termologias, muitas vezes, não ficam explicitadas, muito menos trabalhadas. Não existe uma auto-avaliação da prática dos assessores no que se refere à condução de forma correta do trabalho. O que se percebe é que se fica muito no apontar as falhas de cada um, sem trabalhar estas diferenças e aceitá-las como parte de uma sociedade plural e diversificada. Uma assessora do serviço social, e que faz estágio no CAPROM, mencionou uma avaliação feita no final de 1991:

"Foi dito que a assessoria estava dividida em três grupos: o partido, a igreja e eu intermediária estaria no outro grupo (do serviço social) que meu trabalho até era entendido, mas eu me diferenciava do resto do serviço social e que o trabalho não estava sendo entendido. Foi uma situação muito chata, porque eu coloquei que eles não estavam entendendo o trabalho do serviço social no CAPROM. Se somos uma equipe devemos estar juntos e não classificar as pessoas por suas posições ideológicas, políticas, mas sim, como se conduz o trabalho. Conduzir através do partido político, a coisa fica perigosa".

O CAPROM, poderíamos dizer, é uma entidade que se define apartidária. Porém em seu interior existe predominância de

vinculação partidária, basicamente com o PT. A maioria composta por militantes petistas e simpatizantes, alguns com atuação mais ortodoxa, resistindo muitas vezes às críticas. Os religiosos também são petistas, mas têm uma outra visão sobre questões políticas. Os simpatizantes percebem diferente, fazendo constantemente críticas desta vinculação e de alguns que tentam viabilizar o partido através do movimento. Os discursos são diversos, discursos estes de alguns assessores que se preocupam também com novas relações numa sociedade de diferenças e diversificações. Registramos aqui uma entrevista de uma assessora que valoriza a pluralidade destas relações:

"Eu acho que a gente tem que apostar na pluralidade, não no sentido de multiplicar as organizações do mesmo tipo, mas multiplicar as organizações de tipos diferentes. Muito do que eu estava falando (estou lendo GUATARRI), é aquela história de que você não anula a necessidade de organizações verticais, centralizadas, articuladas, mas você também não anula a infinita necessidade de organizações horizontais que se espalham por toda a sociedade, que tem mil formas, mil modelos de tudo e que são necessários para construir novas relações".

Quanto à construção de novas relações, se torna necessário, principalmente, repensar as mediações a partir da negação de aspectos da dominação. Deste modo, nas entrevistas com moradores representantes do Movimento Sem-Teto sobre o saber ou orientação que detém a assessoria, questionamos como era visto este papel, como ajuda ou como dominação? Observamos que 50% responderam que era visto como ajuda no sentido de orientar o

movimento e suas próprias conquistas. Na visão destes 50% foi justamente a ajuda de ter despertado nas comunidades a capacidade de luta ou a oportunidade das mesmas caminharem sozinhas que contou como ponto positivo. Os outros 50% fortaleceram que este saber não é usado muitas vezes como deveria ser, e acabam reproduzindo este poder que está em toda a sociedade, tentando dizer o tempo todo como se faz isso ou aquilo. Percebe-se pelas entrevistas que essa talvez seja a maior limitação desse grupo, de assessoria, necessitando rever suas posições, o que ficou claro que a maioria dos moradores e mesmo os que entendem este saber como ajuda se manifestaram sobre a distância que o CAPROM está das bases. O grupo se aproxima mais da base quando há necessidade de resoluções imediatas. As comunidades se sentem abandonadas. Essa relação nos parece ambígua, pois ao mesmo tempo que os moradores acham que o CAPROM interfere nas decisões, também se sentem abandonados.

As novas relações passam pela questão de conviver e lidar com as diferenças e, neste sentido, as mediações necessitam repensar sua atuação com problemas novos, pensamentos novos, teorias próximas da prática. A realidade é muito rápida e muito mais rica que as teorias e os discursos, muitas vezes, com suas teorizações tradicionais se desgastam em velhas reflexões, perdendo a atualização desta mesma realidade. Encontrar uma nova maneira de se relacionar é levar em conta que há "transformações

ao nível de valores, da sensibilidade, de percepção e do estilo de ação com influências, às vezes, mais decisivas do que aquelas que ficam ao nível das idéias professadas" (SOUZA, 1993:351-352).

#### 4.4 - Tendências ideológicas sobre a visão de mudança social dos assessores do CAPROM

Os meios de reelaboração das experiências vividas pela assessoria do CAPROM e do Movimento Sem Teto caracterizam a atribuição de significados de duas "matrizes discursivas", analisadas anteriormente, quais sejam: "matriz da teologia da libertação" e a outra matriz "partidária", com aproximações com que foi denominado por SADER de "matriz marxista", que expressa a crise da esquerda no Brasil. "A teologia da libertação" inicia com a preocupação de educadores na alfabetização como meio de formação de consciências críticas no interior do Movimento Sem-Teto. Em primeiro ocorre a motivação dos educandos em capacitar as comunidades a enfrentarem o mercado de trabalho e poderem melhorar de vida. Os grupos de educação popular também partem do despertar de outras motivações, ou seja, estimular a auto-organização do movimento, bem como reclamar sua própria dignidade, criticando as injustiças existentes.

As celebrações manifestadas nas romarias acontecidas no interior do Movimento Sem-Teto demonstram, também através da



"teologia da libertação", o sentido de pertença a uma missão comum, assim como a participação ativa na vida comunitária para que aconteça o sentimento de solidariedade e fraternidade. Isso implica alcançar a salvação mediante vivência de fé, que em certa medida constitui o anúncio da palavra de Deus. É justamente nestas manifestações e nas reuniões de "reflexão crítica", através de novenas, catequeses, etc., que os leigos em ritos eclesiais concorrem para a auto-valorização do grupo e do sentimento de sua dignidade a partir do exercício de atividades com conotação sagrada.

As oficinas de saber nas comunidades que representam o Movimento Sem Teto, têm como objetivo fazer os favelados terem experiências de encontro com Deus na possibilidade de se tornarem sujeitos conscientes de sua própria "libertação".

A "matriz partidária" (nesse caso representada pelo PT) dentro do CAPROM, expressa a "visão marxista" de alguns assessores. Considerando a análise revista da ação partidária e, nesse caso particular a entidade (como mediadora do MST), revela uma valorização do partido como intelectual coletivo em suas práticas políticas. Isto se exemplifica nas próprias atitudes de alguns membros que se recusam a ter qualquer conversa, a não ser coletivamente e em outras posturas analisadas que mostram atitudes vanguardistas. A preocupação de atrelamento do Movimento

"teologia da libertação", o sentido de pertença a uma missão comum, assim como a participação ativa na vida comunitária para que aconteça o sentimento de solidariedade e fraternidade. Isso implica alcançar a salvação mediante vivência de fé, que em certa medida constitui o anúncio da palavra de Deus. É justamente nestas manifestações e nas reuniões de "reflexão crítica", através de novenas, catequeses, etc., que os leigos em ritos eclesiais concorrem para a auto-valorização do grupo e do sentimento de sua dignidade a partir do exercício de atividades com conotação sagrada.

As oficinas de saber nas comunidades que representam o Movimento Sem Teto, têm como objetivo fazer os favelados terem experiências de encontro com Deus na possibilidade de se tornarem sujeitos conscientes de sua própria "libertação".

A "matriz partidária" (nesse caso representada pelo PT) dentro do CAPROM, expressa a "visão marxista" de alguns assessores. Considerando a análise revista da ação partidária e, nesse caso particular a entidade (como mediadora do MST), revela uma valorização do partido como intelectual coletivo em suas práticas políticas. Isto se exemplifica nas próprias atitudes de alguns membros que se recusam a ter qualquer conversa, a não ser coletivamente e em outras posturas analisadas que mostram atitudes vanguardistas. A preocupação de atrelamento do Movimento

formas específicas de organização, mobilização, reivindicação, ação, etc., sem garantir a centralidade prévia de nenhuma dessas formas. O sujeito, para o autor, aparece ocupando lugares diferentes no interior de uma estrutura discursiva que ele dá o nome de discurso. Desta forma, os discursos ideológicos abrangem tanto as condições dadas quanto as que estão por serem criadas (condições objetivas e subjetivas imaginárias) nos seus vários fatores econômicos, políticos e culturais. O sujeito, enquanto um ser ativo, diz LACLAU, era considerado na visão clássica da subjetividade das ciências sociais como fornecendo um significado de mundo centralizado. Atualmente o sujeito se apresenta ocupando vários espaços e discursos diversificados. Isso quer dizer que os discursos não determinam uma atitude unitária, ao invés disso, não mantêm relações previamente localizadas. Isso implica dizer que em cada local específico de atuação, além da instabilidade do discurso, também os mesmos mudam quando a locomoção dos espaços se diferenciam, por exemplo (local do trabalho, onde a questão econômica está mais presente), discursos políticos, ecologia, sexismo, racismo e em várias outras esferas de atuação dos sujeitos. Da mesma forma, CASTORIADIS discute sobre a atividade do sujeito trabalhando sobre o seu mesmo discurso no encontro de uma multidão de outros discursos (o discurso do outro). O autor menciona que por isso mesmo não existe o ser determinante, pois esta atividade nunca pára de ocorrer.

A partir desta discussão, as orientações ideológicas ou "matrizes discursivas" podem ser sintetizadas num quadro mais abrangente elaborado por DIAS, (1991:26-27), no qual descreve três tipos de estratégia de poder ou tendências de organizações de base endossadas pelas organizações não-governamentais de desenvolvimento em Lima-Peru e suas aplicações em programas de desenvolvimento apresentadas pelo autor como tipos ideais.

A adaptação deste quadro foi elaborada por ILSE SCHERER WARREN, no artigo ONGs na América Latina: Trajetória e perfil, UFSC. 1993, na qual foi complementado por uma outra tendência sobre a "Teologia da Libertação", em que SADER salienta a reelaboração desta matriz nos movimentos populares. A elaboração deste quadro nos orientou na análise das tendências ou orientações ideológicas nas entrevistas com assessores do CAPROM, que mostraram certa influência na trajetória do grupo ou de sua realidade. Estas tendências, formuladas como tipos ideais, são esclarecidas por WARREN (1993:8) como práticas discursivas e comportamentais em relação ao pensamento dos atores das ONGs, que mesclam na maioria das vezes "elementos de mais de uma das matrizes, mesmo quando causadoras de ambigüidades". Assim como se entrecruzam ou apontam numa só direção, aparecem como orientações valorativas tanto individuais como grupais, dentre antigos princípios ideais e novos princípios.

Este quadro relaciona as divergências dessas orientações ou práticas discursivas sobre concepção de mudança social. Ao mesmo tempo, demonstra valores fragmentados, discursos instáveis, sendo que neste caso específico mostrou-se forte a tendência quanto à prática da "matriz da teologia da libertação", como influência para o trabalho de base que o CAPROM executa.

As quatro tendências ou orientações ideológicas que tipificam a trajetória das ONGs latino-americanas são apresentadas a seguir:

a) ESTRATÉGIA OU TENDÊNCIA NEO-MARXISTA

Os instrumentos teóricos utilizados nesta concepção, em função da mobilização das bases, partem do processo de transformação a partir de mudanças econômicas, sociais, lutas de classe e tomada de poder do Estado. Existe a inclinação da defesa de estruturas partidárias, no qual coloca a participação do movimento no interior do partido político, esquecendo muitas vezes idéias liberais, democráticas e participativas. Desta maneira, cabe à ONG atuar como facilitadora do processo de educação popular, garantindo a conscientização de classe e capacitação de lideranças. A aplicação destes ideais tem como resultado esforços coletivos de mobilização através de seus ativistas. Como coloca WARREN, (1993:9), "esta orientação esteve

presente, principalmente nos primórdios de atuação dos centros a serviço do movimento popular, por toda a América Latina". Esta orientação demonstra como era definida a identidade do sujeito, privilegiando espaços específicos e as lutas definidas em termos classistas (operárias, camponesas). Para essa tendência predominavam as ações coletivas determinadas pela posição de sujeitos nas relações de produção (no mercado). Segundo WARREN (1993:2), esta concepção que seguia certa visão marxista, dividia a sociedade em apenas dois campos sociais: o dos dominantes e o dos dominados. Neste sentido, LEFORT, ao criticar a concepção marxista que reduziu a questão da ideologia (a uma classe particular - a burguesia), coloca o problema da ideologia não ligada a uma classe em particular, mas a divisão social que existe entre dominante e dominado.

A partir desta tendência fica explicitada a análise de LACLAU, quando critica a identidade fixada, positiva, que levou o despotismo de intelectuais e burocratas a imporem formas de controles totalizadores. O processo de transformação dessa orientação, privilegia o partido como articulador da luta para a tomada do poder do Estado, através dos movimentos populares que significam um locus de reivindicação e conscientização.

O quadro de indicadores preenchidos pelos assessores do CAPROM e as próprias entrevistas coletadas, mostraram presente

esta orientação na visão de alguns assessores. Neste ponto, aparece um grande conflito de atitudes que pretendem colocar o movimento a serviço do partido e não ao contrário. Essa postura faz, muitas vezes, manifestar o autoritarismo de certos membros que chegam com propostas externas fechadas.

Seguindo o programa ou princípios básicos do partido, esta postura interfere na caminhada do movimento Sem Teto. Essa visão é colocada como se o processo de conscientização devesse ocorrer quando todos estivessem no auge de filiação do partido (PT). Deste modo, este tipo de articulação demonstra contribuir para o fechamento do grupo sobre si mesmo, fragmentando o processo do movimento como um todo. Fica claro que estas posturas necessitam de auto-avaliações permanentes acerca da dinâmica do grupo e de todo o movimento. Desta forma há necessidade de requisitar processos de aceitação do mosaico de diversidades e pluralidades constituídas na atual sociedade.

#### b) ESTRATÉGIA OU TENDÊNCIA NEO-ANARQUISTA

Sua mobilização social se caracteriza pela negação de formas de opressão social, principalmente as culturais e busca identificar a diversidade dos sujeitos, reivindicando uma sociedade não de consenso, mas sim pluralista. Verifica-se nesta concepção a recusa de ligação com esferas institucionais, por

isso mesmo a mudança social decorre dos processos de desalienação a partir das mudanças das relações micro do cotidiano. A sociedade se transforma, revolucionando através da destruição dos processos de conteúdo autoritário das relações sociais.

As ONGs, neste caso, atuam conjuntamente com as bases do movimento sem privilegiar direção dentro do próprio movimento. Tem como finalidade a formação de comunidades alternativas, relacionando-se com movimentos feministas e ecológicos. Esta concepção teve forte influência no movimento da Nova Esquerda nos anos 60 e 70. A dimensão utópica desta visão nos remete a alguns elementos abordados por LACLAU e CASTORIADIS, em que chamam a atenção para a pluralidade e instabilidade presentes no social. A busca da diversidade dos sujeitos passa pela vivência no social ou histórico, que segundo CASTORIADIS contém o não causal a partir de um comportamento criador dos indivíduos, grupos, das classes ou das sociedades inteiras. E esse social ou histórico não é determinante, mas domínio de criação. E como diz LACLAU, nada está garantido, só a luta decidirá o futuro. Mas essa luta sugere ver no social e nos sujeitos a multiplicidade de diferentes experiências. Essa orientação se manifestou presente em alguns membros da assessoria do CAPROM, mesclados com outras tendências. Principalmente naqueles que são contrários à vinculação partidária, que seriam os simpatizantes do partido (PT). Esses membros se preocupam como já mencionamos



anteriormente, com novas relações numa sociedade de diferenças e diversificações, multiplicando as organizações de tipos diferentes e anulando sistemas de dominação. Consideram também novos horizontes utópicos, transformando seus valores e seu estilo de ação.

### c) ESTRATÉGIA OU TENDÊNCIA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Tem como parâmetro repensar ou modificar o papel da Igreja Católica, num novo discurso teológico, incluindo o paradigma dialético marxista, enquanto orientador na superação das múltiplas formas de opressão. A organização das bases é voltada para um trabalho de conscientização, através de grupos de reflexão onde são elaboradas as experiências comuns, pelo método ver-julgar-agir, que tem como objetivo final a capacitação transformadora na busca de uma ética da sociedade, baseada na justiça social (solidariedade, justiça, capacidade crítica e espírito comunitário). Como na visão neo-anarquista, os seguidores desta orientação não privilegiam estratégias políticas na modificação da sociedade (se diferenciando da visão marxista). Como já incluímos anteriormente, SADER reelabora essa "matriz discursiva" através da atribuição dos significados das experiências vividas pelos movimentos sociais e populares. Essa orientação aparece com forte influência no trabalho de base que o CAPROM executa assessorando o Movimento Sem Teto, em

Florianópolis. O papel representado por alguns agentes pastorais no interior da assessoria (CAPROM), tem como propósito coordenar e estimular os grupos de reflexões. O papel político destes agentes se diferencia de alguns assessores que privilegiam a atuação do movimento dentro do partido. Aham que o movimento deve caminhar sozinho, não dependendo do partido como canal para suas conquistas e reivindicações. Essa "matriz" indicou teoricamente e empiricamente a organização do Movimento Sem Teto.

#### d) ESTRATÉGIA OU TENDÊNCIA ARTICULISTA

Esta concepção parte do pressuposto da articulação em todos os níveis (Estado, mercado e sociedade civil), dentre seus valores políticos, econômico, social e cultural. Difere do pensamento marxista (tomada de poder do Estado) e do neo-anarquista (abolição do Estado).

A estratégia articulista tenta uma reestruturação a partir de práticas democráticas da sociedade, transformando-se em uma democracia popular, com o objetivo de descentralização do Estado. A visão de articulação é vista através das redes (trocas de informações e experiências), constituídas por atores e setores plurais e diversificados. Tem como finalidade a expansão da cidadania e democratização através do poder local e regional, chamando a sociedade civil a participar de articulações entre as

organizações, na elaboração e implementação de projetos de políticas públicas. Esta orientação ou "matriz articulista" vem atualmente encontrando espaço para repensar as articulações ou intercâmbio das ONGs, principalmente entre as ONGs populares e ambientalistas.

A concepção desta matriz, como já está implícita no próprio nome, requer aprofundar e ampliar as articulações. LACLAU, ao desenvolver sua noção de agente descentralizado nos chama a atenção para a peculiaridade dos "novos movimentos sociais" e para que haja uma articulação tem que estabelecer as várias posições de sujeitos não perdendo de vista os contextos específicos, relacionados com as várias conexões. Isso nos faz repensar as relações atuais (econômicas, políticas, sociais e culturais) numa prática democrática articulada, valorizando as particularidades desses fatores.

Deste modo, a articulação do grupo (CAPROM), demonstrou atitudes contraditórias. As várias ramificações dos discursos e as várias posições de conflitos, caracterizaram que existem muitas diferenças ideológicas entre os mediadores. Mas o problema talvez não seja as diferenças ideológicas pois elas fazem parte da sociedade como um todo. Mas o conflito existe, principalmente, pela falta de respeito e aceitação destas diferenças. Para que haja maior aproximação do grupo e movimento, necessita o

fortalecimento de objetivos e valores comuns, apesar das diversidades. Isso como menciona LACLAU, não impede a articulação ou elaboração de um método em comum para o trabalho, desde que exista um processo democratizante interno entre seus participantes. A tendência "articulista" apareceu seguida da "matriz da teologia da libertação". Mas o que se observou que ainda é uma questão utópica, fica muito a nível de discurso, talvez um ideal em termos de mudanças. Isso quer dizer, que o quadro preenchido pelos assessores demarcou uma idealização visualizada em termos de um projeto futuro. Nesse sentido, os processos democráticos aparecem como prioritários, assim como, as articulações que são elementos da matriz articulista. O quadro indica uma preocupação em valorizar novos caminhos. Todos desejam transformar a sociedade, apenas se diferencia o modo de fazer. Porém, o que demonstrou a pesquisa e observação participativa é que o conflito interno do grupo reflete no movimento. Isto dá-se pela prática de disputa de poder entre assessores da "Teologia da Libertação" e os da "matriz partidária", que priorizam o partido.

As matrizes enfocadas na orientação do trabalho expressaram posturas diversas e ambíguas de uma visão diferenciada da sociedade atual. O quadro objetivou confirmar posturas ideológicas individuais ou certas tendências coletivas embasadas na perspectiva de mudança social. Desta forma, mostrou-se relevante diagnosticar acerca de elementos que se mesclaram,

capazes de demonstrar as ramificações dos discursos que contribuem para as posições de conflito. A noção de "posições de sujeitos diferenciados", vivendo numa sociedade pluralista e a negação de um sujeito totalizado, conforme LACLAU, confirmou os discursos instáveis. As novas tendências de fortalecimento da sociedade civil é, através da formação de redes (intercâmbio)<sup>8</sup> entre organizações e atores políticos e sociais, que se constrói valorizando a pluralidade dos sujeitos e a aceitação da complexidade do social, respeitando por isso mesmo a diferenciação de posturas ideológicas e políticas.

A seguir apresentamos a somatória que tipificou as tendências do quadro indicativo em anexo. Esse quadro foi preenchido por assessores do CAPROM revelando 28 respostas, caracterizando a "matriz da teologia da Libertação", seguida de 20 na "matriz articulista", 13 na "matriz neo-anarquista" e 11 na "matriz neo-marxista". As conclusões apontam indicações de tendências em uma direção, ao mesmo tempo que revela o entrecruzamento entre as quatro orientações.

---

<sup>8</sup> As redes de movimentos sociais, definidas como interações horizontais e práticas sociais e políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas se encontram no livro REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS, por WARREN.

1 - Enumere de 1 a 4 em ordem de prioridade nos quadrinhos de cada coluna de opção a sua visão de sociedade e mudança social.

| Mudança Social         | Principais Antagonismos   | Características de Mobilização Social  | Objetivos da Mobilização Social  | Organização Micro e Macro   | Estratégia para Mudanças Sociais  | Papel das ONGs e Conselhos Populares                                      | Metodologia Trab. as Bases  |
|------------------------|---|--|--|---|---|---|---|
| Neo Marxista           | Classes sociais em oposição   | Impacto nas relações estruturais de classe   | Controle do sistema político em última instância poder do Estado   | Articular com as organizações nacionais e setoriais do partido  | Luta política especialmente contra o Estado                                 | Submetidas a luta política definido pelo partido ou frente revolucionária | Promover consciência coletiva das organizações de base  |
| Neo Anarquista         | Alienação x Identidade (do sujeito)                                       | Recuperação da identidade do sujeito. Impacto das relações sociais micro do cotidiano. | Desligamento do poder político que mantém o sistema alienado. Formulação de comunidades alternativas.              | Gerar contra alienação e identidade do sujeito. Novas relações sociais no cotidiano.  | Meios políticos independentes do Estado                                     | Submetidos aos movimentos sociais. Ser parte dos movimentos que apóiam.   | Co-participantes em movimentos sociais num processo de auto-determinação e desalienação                               |
| Articulista            | Centralização x Democracia limitada pela centralização do poder político. | Impacto para gerar poder na sociedade civil em relação ao Estado                       | Descentralização, democratização aumentado poder da sociedade civil. Participação nos governos locais e regionais. | Criação de identidade do sujeito base para uma construção de um projeto e ident. popular comum. Articular movimentos sociais. | Expansão do poder na sociedade civil e ampliação da participação no Estado. | Atores autônomos engajados nas bases dos movimentos de democratização     | Promover experiências de auto-administração e auto-governos e participação nos governos locais e reg. redes e articul |
| Teologia da Libertação | Opressão/oprimidos ou opressão x libertação                               | Força do povo no caminho da salvação/libertação  | Organização das bases voltadas para conscientização  | Elaboração coletiva de projetos de organização social e auto-determinação/ conscientização do sujeito                         | Reflexão crítica voltada para a prática. Grupos de reflexão.                | Ação comunitária visando projetos educacionais                            | Promover dimensão crítica e uma capacitação transformadora através do ver-julgar-agir.                                |

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, indicamos algumas conclusões da temática estudada, para em seguida refletirmos sobre o ponto de vista metodológico e, finalmente, propomos algumas novas pistas de investigação.

O CAPROM mostrou que atua de fato como uma organização não-governamental, tendo sua atuação em Florianópolis. Ao mesmo tempo refletiu ser um centro com pouco planejamento, deixando a desejar quanto sua estrutura institucional.

Quanto à reflexão com agências de cooperação internacional, o CAPROM expressou uma relação frágil, talvez por falta de experiência em lidar com estes organismos, com sua dinâmica. Falta um maior conhecimento das ONGs do Norte. Na realidade o que ocorre é que, essa relação se mostra deficiente porque as ONGs do Sul conhecem muito pouco sobre o sistema das organizações do Norte.

Pelo fato do CAPROM ser uma entidade com poucos anos de trabalho, a instituição se apresenta muitas vezes difusa, não sabendo bem para onde vai. No entanto, alguns de seus objetivos são claros. Um deles é o principal, é centrar-se na organização do Movimento Sem Teto de Florianópolis. Nessa questão aparece uma lacuna, que é a ausência de uma maior aproximação com a base do movimento, criando a possibilidade de estar a serviço do mesmo e não do partido ou da igreja. Repensar esta atitude poderá fazer com que a organização e mobilização do movimento seja mais fortalecida.

Uma das conquistas foi que até certo ponto, as próprias necessidades concretas do cotidiano do Movimento Sem Teto fizeram com que o grupo, em certos momentos, elevasse a participação ativa, criando condições para o desenvolvimento de uma prática coletiva, como bem demonstra a história da instituição. Até porque, anteriormente às ocupações de terras para moradia eram feitas de formas isoladas e desorganizadas, de forma espontânea. O processo de uma ação mais reflexiva fez com que houvesse a organização do movimento, tendo ganhos e avanços na estratégia de mobilização das comunidades. Este elemento foi significativo para suas conquistas, assim como parece ser um aspecto de reforço para sua autonomia.



Apesar das diferenças internas do grupo, as quais ameaçavam a identidade coesa do movimento como um todo, suas reivindicações eram de ação coletiva, frente a situações de confronto com as instituições públicas (Estado e Prefeitura). Ao mesmo tempo, ao tomarem iniciativas quanto à organização das ocupações, o grupo conseguiu conquistar e agir coletivamente. Portanto, o grupo manteve uma coesão interna como sujeito coletivo em favor dos movimentos populares, nesses momentos.

E nesse sentido, a "matriz discursiva da teologia da libertação", demonstrou ter forte influência em relação à orientação de seu trabalho, através de uma ação pedagógica, em função dos grupos de reflexão instruídos para operacionalizar o método da teoria de educação popular. Desta forma, deu contribuições efetivas na organização e consciência crítica do Movimento Sem Teto.

A tensão permanente em relação à assessoria nada mais é do que uma faceta do conflito político do grupo, os depoimentos expressaram claramente isto. Embora os assessores pretendessem trabalhar a questão da autonomia política e social do movimento, acabaram muitas vezes por dirigi-lo politicamente, fazendo suas propostas serem majoritárias. Sobre a questão da democracia e autonomia, a atuação da assessoria se manifesta com uma certa

ambigüidade: em certos momentos, uma ação mais educativa e, outras vezes, uma postura política dirigente.

A contribuição do CAPROM, sem deixar de ser importante e produtiva sobre alguns aspectos, não se faz isenta de conflitos. Em certas circunstâncias a entidade acabou por assumir atitudes paternalistas, como a própria assessoria admite, ficando evidente em seu método de trabalho. Esse argumento é colocado por algumas pessoas do grupo como uma maneira de atender situações emergenciais, onde a situação às vezes requer soluções imediatas.

Entretanto, o trabalho do CAPROM foi de ajudar na construção de um movimento popular forte e representativo em Florianópolis (que com certeza teve resultados positivos, apesar da tensão interna). Esses resultados, todavia, devem-se freqüentemente à capacidade de intuição individual de alguns assessores. E, devem-se menos a um método de trabalho realmente sistematizado e elaborado. Certamente, existe ausência por parte da entidade de propostas de trabalho mais efetivas e concretas.

Nos aspectos ainda sobre a prática democrática e no plano de disputas ideológicas, o CAPROM mostrou vacilações quanto aos procedimentos necessários de superação de conflitos e de sucesso de sua ação. Sem dúvida houveram orientações

metodológicas em comum, mas no geral foram desenvolvidas mais a nível individual dos assessores do que propriamente como orientação prévia da organização. A questão democrática e orientação em comum, até existe no grupo, mas a nível de objetivos teóricos a atingir se diferenciam os mecanismos de realização destes.

Como um dos objetivos do CAPROM é trabalhar na organização dos movimentos populares (e neste caso o Movimento Sem Teto), a reflexão teórica sobre uma nova visão de mundo pela entidade é limitada, ou melhor, não existe enquanto visão geral, apenas ganha ênfase também a concepção individual de cada assessor. A ação do grupo de assessoria se apresenta diversificada com diferentes instrumentos de formação. Foram poucos os momentos de capacitação técnica interna. Externamente o CAPROM mantém convênio, como já foi colocado anteriormente, com o Instituto CAJAMAR (São Paulo), participando de alguns cursos de formação de lideranças. O que ocorre na verdade é que participam sempre as mesmas pessoas, faltando mais rotatividade.

Quanto ainda a aspectos institucionais o CAPROM também mostrou-se deficiente em formas alternativas de divulgação e informações à sociedade, faltando repensar elementos de difusão das informações, até para poder se articular melhor com outras organizações e com a sociedade.

Estas lacunas que estamos descrevendo, apesar do centro satisfazer sem dúvida um papel relevante em prol dos movimentos populares e ter uma colaboração para a sociedade, se apresentam para serem superadas e para que a organização avance em seus propósitos democráticos e ainda para que possa contribuir para uma verdadeira mudança social.

Suas "matrizes discursivas" indicam discursos bastante instáveis e isso logicamente confirma a falta de uma ação articulatória e a existência de método fragmentado. Esta questão não é resolvida no interior do grupo porque há uma ambigüidade entre ortodoxia metodológica e abertura ao pluralismo.

Construir um projeto utópico para um mundo mais solidário, mais justo socialmente, indicando qual o caminho que se pretende caminhar, como menciona WARREN (1993:6) trata-se de um "estado nascente", em síntese um novo modo de se relacionar com os outros. E a diferença entre uma visão de unificação homogeneizadora e uma articulação pluralista, está no sentido de articular a diversidade, forças sociais plurais de forma complementar, em forma de redes onde novos valores possam potencializar uma rede social chamada pela autora de movimentalista.

Se respeitadas as diferenças, particularidades e especificidades do grupo e movimento Sem Teto, com certeza existe grande possibilidade de uma ação articulatória. Por que não colocar as diferenças num mesmo método?

Sobre a visão de mudança social verificou-se também que existem encaminhamentos nesta direção quanto a orientações pluralistas ou pluralismo ideológico, reafirmando que o indivíduo se constitui como plural e não homogeneizado. Os depoimentos mostraram capacidade dos assessores desenvolverem futuramente condições de um convívio pluralístico ideológico, recusando posturas anti-democráticas. O que falta entretanto ao grupo, são justamente práticas democráticas, para que possam superar suas limitações, principalmente repensar processos democráticos para, assim, avançarem para uma verdadeira mudança junto ao Movimento Sem Teto e em toda a sociedade.

Nesse sentido, o que temos que considerar nestas questões é que aquilo que ontem era tido como verdade indiscutível, hoje é reexaminado e amanhã já poderá ser descartado como coisa superada. Essa "crise histórica" que estamos passando, talvez signifique em última análise, um novo ciclo de vida da humanidade que talvez esteja se encerrando e, ao mesmo tempo, um outro ciclo, inteiramente novo nascendo. A tendência é que não devemos nos acomodar a situações já

conhecidas e que tenham perdido de certa forma seu significado, valor, e tenham-se transformado em algo monótono e repetitivo. Temos que acreditar no processo democrático, emancipador, onde os indivíduos possam desempenhar seus papéis sociais, políticos e culturais com liberdade na transformação das relações humanas e sociais.

O quadro comparativo das "matrizes", mostrou-se eficaz para explicar certas categorias epistemológicas propostas na nossa investigação. Talvez um maior aprofundamento ou um arcabouço teórico e epistemológico mais abrangente, pudesse dar conta de um universo que contemplasse mais a riqueza das experiências das Organizações não-Governamentais em suas várias orientações. Mas, essa revisão deixamos para futuras pesquisas ou como sugestão para outros pesquisadores.

Aqui notamos algumas temáticas que seriam interessantes, a nosso ver, para futuros pesquisadores.

a) Seria importante usar este mesmo quadro de tendências, para observação do perfil e papel de outros centros diferentes do CAPROM, para verificar ou colocá-lo em prova, elaborando demonstrativos de comparação.

b) A questão das agências de cooperação internacional e as implicações de uma política neo-liberal, assim como a falta de conhecimento das ONGs do Sul em relação às ONGs do Norte.

c) A questão da democracia no interior das organizações não-governamentais.

d) As relações entre organizações não-governamentais e o Estado.

e) A questão da ética nas ONGs.

Esperamos que com estas reflexões abordadas nesta dissertação, possamos ter contribuído para decifrar apenas uma pequena parte do que hoje chamamos de ONGs.

6 - BIBLIOGRAFIA

- ARDITI, Benjamim. "La Totalidade como archipelago. El diagrama de Puntos Nodales". Trabalho apresentado no XV Congresso Mundial da Associação de Ciência Política. Buenos Aires, 1991.
- ARDITI, Benjamim. Discutir o Socialismo à Condição Marxista. São Paulo, Editora Hucitec, 1990.
- ALDIGHERI, Mário. Da Teologia da Terra a uma Teologia Planetária. Rio de Janeiro, CEDI, 1991.
- ANHEIER, Helmut e KNAPP, Martin. Internacional Journal of Voluntary and Non-Profit Organisation. London, Publications SAGE Ltd., 1990.
- ARMANI, Domingos. Dissertação: "Centros de Educação e Promoção Popular, Classes Populares e Hegemonia - A trajetória do CAMP". Porto Alegre, 1991.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Igreja e Partidos Políticos nos Movimentos Sociais Urbanos. Trabalho apresentado no III Encontro Anual da ANPOCS. Rio de Janeiro, 1979.
- BENEDETTI, Luiz Roberto. Igreja, Estado e Sociedade: Ensaio de Avaliação. ANPOCS, Águas de São Pedro, 1983.
- BIROU, Alain. Dicionário de Ciências Sociais, Lisboa, Ed. Lisboa, 1982.
- CANELLA, Francisco. Dissertação: "A UFECO e o Movimento dos Sem Teto - práticas instituintes nos espaços políticos da cidade". Florianópolis, UFSC, 1992.



- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras falas. São Paulo, Editora Cortez, 1990.
- DIAS-ALBERTINI, Janvier. Non-Government developpt organizations and grassroots in Peru. In: Voluntas (International journal of Voluntary and non-profit organizations), Manchester University Press, 1991.
- DOCUMENTO sobre "Compromisso mútuo". Seminário sobre cooperação Internacional. Esteio - RGSul, 1990.
- Documento sobre "Proposta para Discussão da Constituição de uma Associação Nacional de ONGs". Rio de Janeiro, 1990.
- Documento do Seminário "Cooperação Internacional; Desafios e Possibilidades". Itatiaia - Rio de Janeiro, 1989.
- Documento de "Preparação de um Encontro Internacional de Organizações não-governamentais e agências do Sistema das Nações Unidas". Rio de Janeiro, 1990.
- Documento intitulado "Relatório de reunião do grupo de trabalho para constituição de uma Associação Nacional de ONGs". Rio de Janeiro, 1991.
- Estatuto do CAPROM de 1987 e 1993.
- FERNANDES, Rubem César. Votos para a nova década. In: IBASE PNUD. Desenvolvimento, cooperação internacional de ONGs. Rio de Janeiro, 1992.
- FERNANDES, Rubem César. Ciência e Pastoral - Tensões internas. In: LANDIM, Leilah (Org.). Rio de Janeiro, ISER, nº 21, 1989.
- FESTA, Regina. Políticas Governamentais. Rio de Janeiro, IBASE, Volume VII, nº 74, 1991.
- FOWLER, Alan. "Negociaciones y Transparência entre ONGs del Sur y del Norte". La otra Bolsa de Valores. México nº 10, 1991-1992.
- GOHN, Maria da Glória. Assessorias dos Movimentos Populares: mediações necessárias. São Paulo, Ed. Mimeo, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. Assessorias aos Movimentos Populares: Exemplos históricos e Avaliações de seu significado político. Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1990.

- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Volume I, nº 2, 1986.
- LACLAU, Ernesto. Del Post Marxismo al Radicalismo democrático (entrevista). In: Materiales para el debate contemporáneo. Uruguai, CLAEH, nº 13, 1987.
- LACLAU, Ernesto. New Reflections on the Revolution of our times. The impossibility of society. London, Editora Verso, 1990.
- LACLAU, Ernesto & MOUFFE, C. Hegemony Socialist Strategy Towards Radical Democratic Politics. London, Editora Weisb, 1985.
- LANDIM, Leilah (org.). Sem fins lucrativos: As organizações Não-Governamentais no Brasil. Rio de Janeiro, ISER, 1988.
- MOLLER, Alois. Organização popular e clientelismo internacional, cadernos do CEAS, Salvador, nº 133, mar/jun, 1991.
- MÜLLER, Kátia Terezinha. Dissertação: "Organização de Moradores em Florianópolis numa perspectiva de Necessidades Radicais". Florianópolis, UFSC, 1992.
- NETO, Valdemar de Oliveira. Notas sobre a política de cooperação com organizações não governamentais (ONGs), do Banco Mundial. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCs. Caxambú-MG, 1990.
- PIACENTINI, Telma Anita. O Morro da Caixa d'água. Florianópolis, UFSC, 1991.
- PONTUAL, Pedro. Os centros de Educação Popular na Conjuntura Brasileira (1964-1986). São Paulo, Editora APIS, 1986.
- Relatório de Pesquisa sobre Experiências Comunitárias em Assentamentos Urbanos de Baixa Renda realizado pelo IUPERJ, Rio de Janeiro, 1981.
- Relatório do 1º Encontro sobre o Problema da Migração. Elaborado pelo CAPROM (Centro de Apoio e Promoção ao Migrante). Florianópolis, 1989.
- Relatório do 1º Encontro Nacional da Moradia. Goiânia, 1990.
- REIS, Elisa Pereira. Política e Políticas Públicas na Transição Democrática. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1989.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. A Religião do pobre e seu anúncio. Trabalho apresentado na APOCs. Friburgo, RJ, 1981.

- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Herbert de. As ONGs na década de 90. Rio de Janeiro, IBASE, 1991.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. Elementos éticos emergentes nas práticas dos Movimentos Sociais. Síntese Nova Fase, nº 48, janeiro/março 1990.
- TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. As CEBs no Brasil: Cidadania em Processo. Mimeo.
- Texto Oficial da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Santo Domingo. São Paulo, Editora Loyola, 1992.
- THOMPSON, John B. "Theory and Society. Ideology and the social imaginary an appraisal of Castoriadis and Lefort. Vol. II, Cambridge, 1982.
- VANCE, Marion Ritchey. The Art Association: NGOs and Civil Society in Colombia. Rosslym, Inter-American Foundation, 1991.
- VASQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. ANPOC, Friburgo, 1981.
- WARREN, Ilse Scherer. Movimentos sociais. Florianópolis, Ed. UFSC, 2ª edição, 1987.
- WARREN, Ilse Scherer. Uma contribuição para Discussão sobre uma associação Nacional de ONGs. Florianópolis, CECA, 1991.
- WARREN, Ilse Scherer. Redes de movimentos: uma perspectiva para os anos 90. Trabalho apresentado no XIV Encontro da ANPOCs. Caxambu - MG, 1990.
- WARREN, Ilse Scherer. Trajatória das ONGs na América Latina: Anotações de pesquisa. Florianópolis, UFSC, 1992.
- WARREN, Ilse Scherer. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo/Rio, Editora Loyola/Centro João XXIII, 1993.
- WARREN, Ilse Scherer. ONGs na América Latina: Trajetória e Perfil. Florianópolis. UFSC, 1993.
- WARREN, Ilse Scherer. Sujeitos Emergentes: Práticas e Valores. Florianópolis, UFSC, 1993.

WIEDERKEHR, Hans P. Los Centros de Promoción Popular en el Contexto Colombiano: Elementos para un Estudio comparativo. Lima-Peru, Editora DESCO, 1989.